

Métodos de pesquisa em Ciências Sociais

BLOCO QUALITATIVO



**Métodos de pesquisa em Ciências Sociais:
Bloco Qualitativo**

SUMÁRIO

ABERTURA

- 04 Danilo Santos de Miranda e Angela Alonso

APRESENTAÇÃO

- 05 Daniela Ribas Ghezzi e Jaime Santos Júnior
- 08 Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução
Angela Alonso
- 24 O uso da entrevista na pesquisa empírica
Márcia Lima
- 42 Roteiro para o emprego de grupos focais
Ronaldo de Almeida
- 60 Estudo de caso: foco temático e diversidade metodológica
Ronaldo de Almeida

Abertura

A questão do método

Esta publicação nasceu do encontro de duas instituições, o Serviço Social do Comércio – Sesc e o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – Cebrap. As instituições tem cada qual sua especificidade, mas compartilham o compromisso em contribuir para a contínua compreensão e transformação da realidade brasileira, seja por meio da ação sociocultural, com ênfase na educação permanente, seja mediante a pesquisa científica, com foco na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. O tema das metodologias de pesquisa, a que se refere esta publicação, nasce desta confluência.

A reflexão sobre questões de método é de fundamental importância para a produção de conhecimento. As ciências se constituem enquanto tal pela formulação de problemas e hipóteses, testadas mediante observações empíricas. Esse procedimento exige contínuas decisões metodológicas, sobre recortes da realidade e técnicas mais adequadas para apreendê-la. Cada pesquisa, cada investigação, solicita uma metodologia específica que se coadune ao objeto. Decisões de método estão, pois na base das pesquisas e contribuem para a construção do saber tanto teórico quanto da experiência cotidiana.

Esta série de publicações apresenta e discute vantagens e limites dos métodos qualitativos e quantitativos mais difundidos nas humanidades. Esperamos que o leitor encontre nela um roteiro inicial de leitura, que permita encaminhar dúvidas, suscitar questões e estimular o interesse pela pesquisa. Porque investigar a sociedade é já um ato criador, no sentido mesmo em que desafia o conhecimento dado, imediato.

Angela Alonso

Presidente do Cebrap

Danilo Santos de Miranda

Diretor Regional do Sesc São Paulo

Organizadores

Alexandre Abdal

Professor do Departamento de Gestão Pública da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (GEP-FGV/EAESP) e pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). Possui formação em Ciências Sociais e Sociologia, com doutorado (2015), mestrado (2008) e graduação (2005) pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Trabalha com pesquisas nas áreas de Sociologia do Desenvolvimento, Sociologia Econômica, Economia Regional e Avaliação de Políticas Públicas, com ênfase nos seguintes temas: desenvolvimento urbano e regional, cidades, planejamento regional e urbano, inovação, conhecimento, mercado de trabalho e ensino superior. É autor do livro *São Paulo, desenvolvimento e espaço: a formação da Macrometrópole Paulista*, pela editora Papagaio.

Maria Carolina Vasconcelos Oliveira

Pesquisadora do Núcleo de Desenvolvimento do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). É mestre e doutora em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Atua em diversos temas associados a cultura e desenvolvimento. É coautora do livro *Cidadania e participação cultural: A experiência da III Conferência Municipal de Cultura de São Paulo*, desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

Daniela Ribas Ghezzi

Pesquisadora em Ciências Sociais e Humanas III no Centro de Pesquisa e Formação do Serviço Social do Comércio de São Paulo (CPF/Sesc-SP), onde atua na pesquisa e na qualificação em Gestão Cultural. Leciona cursos na área de Gestão Cultural e Políticas Públicas de Cultura na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP-SP). Doutora em Sociologia pela Unicamp (2011) e graduada em História pela Unesp (1998). Vem apresentando trabalhos em congressos internacionais na área de Gestão Cultural e ministrando palestras sobre Formação de Público para a Música em eventos e convenções. Entre 2011 e 2015 foi conselheira de Cultura em São Roque-SP, atuando na elaboração da política cultural local, do Plano Municipal de Cultura (em construção), e na supervisão de equipes de peritos pareceristas dos editais da cidade. Vem atuando também como parecerista de editais públicos em outros municípios e estados brasileiros. Em 2015 compôs a equipe de elaboração do Plano de Cultura da UFRGS. É diretora da Sonar Cultural (Consultoria e Pesquisa em Gestão Cultural).

Jaime Santos Júnior

Pesquisador no Centro de Pesquisa e Formação do Serviço Social do Comércio de São Paulo (CPF/Sesc-SP) e pesquisador colaborador vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC (UFABC), onde desenvolve o projeto de pesquisa “Ambivalências e Disjunções em Transmissões Intergeracionais: Trabalhadores nordestinos no ABC paulista”. Possui graduação em Ciências Sociais (2003) e mestrado em Sociologia (2007) pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), e doutorado em Sociologia (2014) pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). É membro do grupo de pesquisa Trabalho, Sindicalismo e Sociedade, vinculado ao CNPq. Possui experiência na área de Sociologia do Trabalho e atua, principalmente, nos seguintes temas: relações de trabalho, migrações, culturas operárias e identidades do trabalho.

Autores

Angela Alonso

Doutora em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP, 2000), com pós-doutorado na Yale University (2009-2010). Atualmente é professora livre-docente do Departamento de Sociologia da USP e presidente do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), membro dos comitês acadêmicos da Biblioteca Brasileira Mindlin – USP e da Associação Nacional de Ciências Sociais (Anpocs), e pesquisadora nível 1 D do CNPq. Foi agraciada com o prêmio CNPq-Anpocs, 2000, de melhor doutorado em Ciências Sociais, e com o John S. Guggenheim Foundation Award (2009). É autora de *Ideias em movimento: A geração 1870 na crise do Brasil-Império* (Paz & Terra/Anpocs, 2002; republicado em francês pela editora Le Poisson Volant, em 2015), *Joaquim Nabuco: Os salões e as ruas* (Companhia das letras, 2007) e *Flores, votos e balas: O movimento pela abolição da escravidão no Brasil* (Companhia das letras, 2015).

Márcia Lima

Professora doutora do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e pesquisadora sênior associada ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e ao Centro de Estudos da Metrópole (CEM/Cebrap). É editora da Revista *Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (BIB) e membro da diretoria da Sociedade Brasileira de Sociologia, gestão 2015-2017. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992), mestrado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro-IUPERJ (1994) e doutorado em Sociologia

pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001). Realizou pós-doutorado na University of Columbia (2011-2012). Seus temas de investigação são: desigualdades sociais, desigualdades raciais e de gênero, relações raciais, educação, mercado de trabalho, políticas de ação afirmativa no ensino superior e mulheres negras.

Ronaldo de Almeida

Professor adjunto da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisador do CNPq nível 2 e do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). Possui graduação em Ciências Sociais pela Unicamp (1991), mestrado em Antropologia Social pela Unicamp (1996), doutorado em Ciência Social (Antropologia Social) pela Unicamp (2002) e pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales, de Paris (2007). Foi coordenador do PPGAS-Unicamp (2008-2012). Tem experiência nas áreas de Antropologia da Religião e Antropologia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: religião, pentecostalismo, cidade e pobreza.

Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução

Angela Alonso

Presidente e pesquisadora do Cebrap e professora livre-docente
do Departamento de Sociologia da FFLCH, USP

1. Introdução

As ciências sociais, em particular a sociologia, desde o seu nascimento, no século XIX, oscilaram entre dois modelos. De um lado, seguir o método experimental das ciências naturais, modelando-se na biologia, que se consolidava, e construir, à sua maneira, instrumentos de medida e comparação. De outro lado, aproximar-se da história e da literatura, com as quais compartilha o objeto – a vida social – e o instrumento – a linguagem e a capacidade de argumentar. O dilema entre explicar, como as ciências naturais, ou interpretar, como a história e a literatura, colocou a sociologia na situação de “terceira cultura” (Lepenes, 1995), no meio do caminho entre os dois campos e pendente, conforme as diferentes escolas de pensamento que foram se construindo ao longo do tempo, mais para um lado ou mais para o outro.

A história dos métodos das ciências sociais pode ser resumida como uma oscilação entre essas duas posições. A perspectiva da sociologia como ciência levou ao desenvolvimento de métodos quantitativos, que, com ambição de generalização, valem-se da estatística para analisar um grande número de eventos. O outro veio, da sociologia como interpretação, levou ao desenvolvimento de métodos qualitativos, visando a entender a lógica de processos e estruturas sociais, a partir de análises em profundidade de um ou poucos casos particulares.

Durante muito tempo, houve disputa entre as duas concepções, cada qual querendo se impor e deslegitimar a outra. Nas últimas décadas, contudo, a rivalidade deu lugar à colaboração e à busca de uso casado ou, mesmo, simultâneo de técnicas qualitativas e quantitativas, admitindo-se que ambas contribuem, de maneiras diferentes mas complementares, para a compreensão dos fenômenos sociais. Assim, a perspectiva contemporânea dominante na sociologia é de conciliação e complementaridade entre as duas metodologias.

Os que preferem as metodologias qualitativas apontam a dificuldade de isolar os fenômenos sociais para analisá-los, à maneira dos cientistas naturais com seus experimentos em laboratório. O “objeto” da investigação das ciências sociais são pessoas, capazes de alterar a sua conduta na presença do observador – seja para negacear informação, seja para arrumá-la da maneira que, julgam, irá satisfazê-lo. Ao contrário das ciências naturais, que estudam fenômenos com os quais se estabelece uma relação sujeito-objeto, a relação nas ciências sociais é sujeito-sujeito: o mundo social é constituído por sujeitos ativos (e não objetos passivos): as ciências sociais estudam “objetos” que são dotados de intencionalidade e que pensam a si mesmos.

Esses sujeitos produzem interpretações do mundo social. Cada ator social é também um teórico social, no sentido de que interpreta a sua própria conduta e a situação social em que se insere para poder agir. Essa circunstância impõe aos cientistas sociais a necessidade de procederem ao que Anthony Giddens (1978) chamou de “dupla hermenêutica”: o sociólogo interpreta a interpretação que os sujeitos produzem de sua prática. Além disso, as ciências sociais são autoinfluentes: o processo de estudar afeta o que será estudado.

Quadro 1 – Metodologias qualitativas – pressupostos

- Impossibilidade de isolar os fenômenos sociais para realizar um experimento;
- Ciências sociais são autoinfluentes: o “objeto” é dotado de intencionalidade e altera a conduta na presença do observador;
- Relação sujeito-sujeito: ciências sociais estudam objetos que pensam a si mesmos (sujeitos ativos, não objetos passivos); e
- Dupla hermenêutica: cientista social interpreta a interpretação que os sujeitos produzem de sua prática.

Elaboração própria.

Os métodos qualitativos têm que se haver com essa problemática. Aceitam os limites das técnicas que utilizam e a impossibilidade do conhecimento certo ou verdadeiro. Supõem que todo conhecimento é parcial, porque conhecimento de uma parte (não do todo) e porque, ao se adotar um ponto de vista, toma-se partido.

Essas questões estão na base dos métodos qualitativos mais usados na sociologia. Aqui eles serão apresentados de maneira sumária – análises mais aprofundadas sobre algumas dessas técnicas compõem os demais capítulos desta publicação – e divididos conforme o foco: (i) os que visam a entender a lógica de interações sociais rotineiras, cotidianas, por meio da observação; (ii) os que acessam experiências, valores e atitudes dos indivíduos, a partir de suas narrativas ou biografias; e (iii) os que ambicionam desvendar estruturas e processos sociais invisíveis a olho nu, por meio de técnicas de reconstrução histórica.

Quadro 2 – Principais métodos qualitativos

Estudo de interações cotidianas:

- observação participante;
- etnometodologia; e
- entrevistas e grupos focais.

Estudos de experiências, valores e atitudes:

- histórias de vida e depoimentos; e
- biografias e prosopografias.

Estudos de estruturas e processos:

- análises de trajetórias; e
- análises de processos.

Elaboração própria.

2. Observação de interações sociais cotidianas

Uma maneira de entender fenômenos sociais é observá-los enquanto acontecem, aqui e agora. Essa forma de conhecimento, tão antiga quanto o mundo, data das ciências sociais do século XIX e tem os seus pioneiros na antropologia. Expoentes são Bronislaw Malinowski e Edward Evans-Pritchard, que recorreram à observação direta da rotina de grupos sociais inteiros *in loco*, daí o próprio nome: “observação participante”. Na sociologia, embora se possam mencionar estudos como “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” (1845), de Frederich Engels, “como parte desse gênero, a observação consagrou-se como método com a Escola de Chicago,¹ que, na primeira metade do século XX, valeu-se dela para estudar problemas sociais oriundos dos processos de urbanização, imigração e marginalização social.

A preocupação de fundo dessa técnica é entender como regras, hábitos, padrões sociais são vivenciados cotidianamente pelos indivíduos. Pergunta-se como a ordem social acontece em nível microsocial, isto é, como as pessoas de carne e osso vivem as suas vidas ordinárias, tanto no sentido de cotidianas, quanto de vidas-padrão, distintas das grandes biografias. É um estudo das rotinas sociais, do que parece trivial e óbvio, mas que, por ser muito disseminado, estrutura as relações sociais. Por exemplo, no caso de aferir relações de hierarquia no interior de um grupo social observando uma refeição compartilhada.

A observação participante se vale do acompanhamento sistemático de todas as atividades do grupo estudado. O pesquisador se insere no dia a dia do grupo, participa dele, como se fosse um membro. E procede ao registro sistemático (um diário de campo) de vários tipos de informação: eventos (ações), falas (discursos), gestos (comportamentos) e interações observados. Registra, também, as suas próprias experiências em campo. Quando desconhece as regras, a língua e o universo simbólico do grupo que estuda, o pesquisador recorre a um informante, que funciona como via de acesso e, eventualmente, como mediador cultural.

A observação participante pode ser de dois tipos. Na modalidade *outsider*, a mais comum, o pesquisador observa os indivíduos envolvidos no fenômeno que está estudando, conversa informalmente, recolhe relatos, toma notas do que ouve e vê. Conta aí a sua capacidade de gerar empatia, ganhar a confiança do grupo, convencendo-o a compartilhar o que, muitas vezes, não contaria a ninguém. Um exemplo nessa linha é o trabalho de Howard Becker, “Men in white” (1961), sobre o cotidiano dos estudantes de medicina dos Estados Unidos, cuja rotina acompanhou sistematicamente, dentro e fora de seu ambiente de estudos, de modo a entender como alguém se torna um médico.

¹ Escola de Chicago é como se convencionou chamar uma tradição de pesquisa em sociologia urbana, baseada na observação das interações sociais e que surgiu na cidade de Chicago (EUA), com trabalhos como os de William I. Thomas, Florian Znaniecki e Robert E. Park, sobre urbanização, imigração e marginalidade. Ver “A Escola de Chicago”, de Howard Becker (1996).

Na outra modalidade de observação, a *insider*, o pesquisador opera incógnito. Assume uma identidade no interior do grupo que estuda e age como se fosse um membro. Um clássico que recorre à técnica é “Manicômios, conventos e prisões” (1961), de Erving Goffman, que estudou a disciplina da organização de um grande hospital psiquiátrico norte-americano, passando-se por assistente do diretor esportivo, e, assim, acompanhou a rotina da instituição e acessou algo doutro modo impossível: a lógica interna da instituição manicomial e a “carreira moral” por meio da qual uma pessoa é socialmente definida como louca.

Ambas as modalidades de observação permitem ver códigos e valores na prática, evitando o problema das técnicas que recorrem apenas às falas dos atores, que podem trazer versões distorcidas. De outro lado, a presença contínua em campo evita tomar exceção por regra. A modalidade *insider* acresce a baixa interferência do pesquisador: supondo-o um membro nativo, os estudados não alteram seu comportamento habitual diante dele e compartilham com ele informações vedadas a estranhos, daí a relevância da técnica para o estudo de instituições fechadas, grupos marginais, seitas religiosas, guerrilhas etc.

Os problemas da observação participante também são numerosos. O risco de interveniência da subjetividade do pesquisador é grande: a empatia pode gerar excesso de simpatia. A técnica requer estudos longos, consumindo meses ou anos, o que gera grande volume e alta variedade do material empírico, difícil de sistematizar ao final da pesquisa. Há ainda o problema típico dos métodos qualitativos, a generalização de conclusões produzidas a partir da observação de um único grupo. Na modalidade *insider*, como o pesquisador oculta dos pesquisados a sua condição de estudioso, há um problema adicional, que diz respeito à ética da pesquisa.

Além dessas duas modalidades mais clássicas de observação, há duas outras técnicas aparentadas, que também se valem de observação. Uma é a pesquisa participante, politicamente motivada, inspirada em Paulo Freire, que visa a produzir conhecimento por meio da observação para depois devolvê-lo aos estudados como um instrumento de transformação de sua realidade. Outra técnica é a “provocação experimental” da etnometodologia de Harold Garfinkel, que propõe compreender as regras que estruturam a vida cotidiana desmontando-as por meio de experimentos. Se estudar um fenômeno sempre causa alguma interferência nele, então, em vez de tentar evitar essa intervenção, trata-se de assumi-la como método, “desarrumando” rotinas sociais, para observar como os membros as reconstróem. Essa linha gerou muita controvérsia, pois propõe o que para muitos cientistas sociais é impensável: o uso da experimentação no estudo dos fenômenos sociais.

Quadro 3 – Vantagens e problemas da observação participante		
	Insider	Outsider
Vantagens	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa intervenção na situação sob observação; acesso a informações privilegiadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Credibilidade e relação de confiança entre pesquisador e pesquisado.
Problemas	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade de manter papel dual: como observador e como participante. • Questões éticas: pesquisador oculta pesquisa do pesquisados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Efeito da observação: presença do observador altera o comportamento dos observados.

Elaboração própria.

3. Reconstrução de trajetórias individuais

Além da observação, outro conjunto de técnicas qualitativas muito utilizado nas ciências sociais consiste em acessar informações por meio da reconstrução das experiências dos indivíduos, seja a partir de seus próprios relatos, seja por outro meios.

A coleta de narrativas dos membros da vida social sobre suas próprias experiências foi utilizada pela Escola de Chicago e retomada nos anos 1960, especialmente na França e na Inglaterra, como meio de resgatar o ponto de vista dos agentes sociais, especialmente dos “silenciados”, aqueles no polo subordinado dos sistemas de dominação. As entrevistas, antes já usadas, proliferaram a partir de então, com objetivo de recolher valores, opiniões, sentimentos e experiências, maneiras de entender a interpretação que produziam de sua própria situação.

Dois grandes modelos se cristalizaram nessa linha. Um são as próprias entrevistas (ver, também, capítulo específico nesta publicação), que podem ser mais ou menos estruturadas e diretivas, conforme se dá mais liberdade para o entrevistado dirigir a própria narrativa ou se limita a sua fala com um roteiro de temas específicos ou perguntas focais. As entrevistas ficam no meio do caminho entre os questionários, com suas perguntas fechadas de múltipla escolha, e os depoimentos, nos quais o entrevistado fala livremente.

O outro modelo, espécie de depoimento aprofundado, são as histórias de vida. Seu suposto é que processos macrossociais podem ser mais bem apreendidos a partir de microexperiências pessoais. A técnica consiste em entrevistas retrospectivas longas e sucessivas, que visam a recolher dados passados por meio da memória do entrevistado, e nas quais o pesquisador pouco ou nada fala, deixando ao entrevistado a condução da narrativa. Quando o entrevistado é lacônico, o pesquisador o estimula com marcadores temporais, que remetem a algum evento social marcante – como uma cerimônia, uma crise

econômica, uma copa do mundo, uma guerra – que o ajude a rememorar o fenômeno que está sob o foco da pesquisa. Contudo, o mais frequente é que as pessoas contem sua história pessoal obedecendo ao ciclo vital, indo de seu nascimento ao momento da entrevista.

Tanto na história de vida quanto nos depoimentos, a intervenção maior do pesquisador se dá na seleção dos entrevistados. Na maioria das vezes, busca-se um indivíduo ou vários membros de um grupo que compartilham dada situação – por exemplo, o desemprego – e cuja história pessoal pode, então, ser considerada mais ou menos típica do modo pelo qual o fenômeno é vivenciado subjetivamente. Um estudo clássico que recorre às histórias de vida é “Os Filhos de Sanchez” (1956), de Oscar Lewis, “cujo interesse era estudar a “cultura da pobreza” durante o processo de transformação social e econômica da América Latina, em meados do século XX. Lewis selecionou uma família pobre representativa – segundo questionário socioeconômico previamente aplicado – na Cidade do México. A família Sanchez foi objeto de visitas, ao longo de anos, nas quais Lewis coletou narrativas de cada um de seus membros, e com elas compôs um mosaico, que lhe permitiu descrever de vários ângulos – geracional e de gênero, sobretudo – a experiência da pobreza.

Ao promover o estímulo à livre associação de ideias e deixar o entrevistado elaborar ele próprio os vínculos entre suas diferentes experiências, a história de vida busca inspiração na psicanálise. Guarda também semelhanças com a biografia, isto é, o estudo de fenômenos sociais por meio da narrativa de uma vida típica ou exemplar. As biografias não são reserva de mercado dos sociólogos; muitas outras especialidades fazem uso dela, de historiadores a jornalistas. Na sociologia, seu uso visa a iluminar as estruturas e os processos da sociedade de que o biografado é parte, que, por sua vez, iluminam criações, sentimentos e escolhas do indivíduo sob análise. Um exemplo é o magistral “Mozart, sociologia de um gênio”, deixado inconcluso por Norbert Elias (1991). Elias toma a vida de Mozart para estudar a transição de padrão de produção artística da sociedade de corte para a sociedade burguesa, examinando o modo pelo qual os conflitos decorrentes da mudança foram vivenciados como dilemas intrassubjetivos por um indivíduo que estava no centro do processo investigado.

O mais comum, porém, é que os cientistas sociais recorram a mais de uma biografia, procurando identificar o que elas têm em comum. As prosopografias (biografias coletivas) visam a identificar fatores sociais, geracionais e culturais compartilhados por um dado grupo. São exemplos os trabalhos de Christopher Charle sobre elites culturais na França (1987), o do Sergio Miceli (2001) sobre intelectuais brasileiros da Primeira República e o meu próprio sobre a geração 1870 brasileira (Alonso, 2002).

As prosopografias são primas da análise de trajetórias: o estudo de processos sociais por meio de mudanças e/ou permanências de posição (econômi-

ca, familiar, escolar, profissional, política etc.) nas vidas dos indivíduos – ou, eventualmente, entre gerações de uma mesma família ou grupo. Visam a desvendar e descrever articulações entre os fenômenos objetivos e a experiência subjetiva ao longo da vida de vários indivíduos, para identificar uma sequência recorrente, por meio da identificação de padrões similares em várias histórias individuais. Isto é, visam a tipificar o trajeto – daí o nome – pelo qual os indivíduos chegam a ocupar as posições sociais que ocupam.

Há também aqui dois tipos. As trajetórias “subjetivas” são próximas da história de vida, na medida em que buscam a reconstrução dos sentidos conferidos pelos indivíduos aos eventos que julgam significativos de seus percursos pessoais. O objetivo é encontrar as lógicas (cognitiva, afetiva, pessoal e social) atribuídas pelos indivíduos ao conjunto de escolhas que realizaram em seus percursos biográficos. Trata-se, pois, de uma reconstrução subjetiva das posições objetivas, que são vividas como histórias pessoais. O material de trabalho usual são entrevistas com graus variados de diretividade, sendo a mais comum a semiestruturada: o entrevistador define previamente um conjunto de temas ou eventos e pergunta ao informante sobre eles, com vistas à obtenção dos dados para a construção das trajetórias.

O outro tipo são as trajetórias objetivas, que se apoiam na definição de Bourdieu (1994: 70): uma “série de posições sucessivas ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço ele próprio em mudança e submetido a incessantes transformações”. Essa perspectiva privilegia as dimensões objetivas que atravessam as biografias, o modo pelo qual categorias sociais são interiorizadas ao longo da vida através de socialização familiar, escolar, profissional, cultural e política. Assim, as trajetórias objetivas seriam uma sequência de posições sociais em um ou em vários campos sociais, ocupadas durante a vida do indivíduo e que determinam as suas identificações subjetivas. A técnica vem sendo usada para identificar trajetórias típicas e reconstruir simultaneamente estruturas sociais e a experiência que os indivíduos têm delas. Um exemplo é o estudo de Sainteny (1999) de trajetórias de ativistas, no qual levantou, por meio de entrevistas com cerca de uma centena de indivíduos, formas de engajamento e de socialização cultural e política. Com base nessas informações, reconstruiu as carreiras sociais, profissionais e políticas mais típicas dos dirigentes do movimento ambientalista francês.

As técnicas que se valem das narrativas e de vidas individuais têm a grande vantagem de traçar um quadro vívido dos fenômenos sociais, reconstruindo a experiência subjetiva de processos e estruturas sociais. De todas essas, a entrevista é a técnica mais plástica, que serve praticamente a todos os temas de pesquisa e se molda aos interesses do pesquisador. Tem sobre as semelhantes a enorme vantagem da preparação rápida. As demais têm sobre a entrevista, contudo, o trunfo da profundidade. A sequência de encontros da história de

vida amplia a confiança do pesquisado no pesquisador, o que permite que aflorem memórias e emoções; capta nuances de humor, hesitações, subterfúgios do entrevistado. Além disso, história de vida e a biografia permitem compreender as estratégias individuais desenvolvidas em resposta a fenômenos estruturais e processos sociais, e iluminam a interpretação que os agentes produzem acerca de sua própria ação. Os estudos de trajetória e as prosopografias fazem isso de maneira mais metódica e organizada, na medida em que trabalham com um número maior de casos e com variáveis que permitem a comparabilidade entre eles. Mas o fazem de maneira menos vívida.

Quadro 4 – Vantagens das técnicas de reconstrução de trajetórias individuais	
Técnica	Vantagem principal
• Entrevistas e depoimentos	• Versatilidade
• Biografia, história de vida e trajetórias subjetivas	• Profundidade
• Prosopografia e trajetórias objetivas	• Possibilidade de generalização

Elaboração própria.

Todas essas técnicas possuem limites. A mais versátil é também a mais problemática: a entrevista. Tem baixa confiabilidade: entrevistados tendem a repetir o que é socialmente aceito ou o que esperam que satisfaça o entrevistador. A história de vida é mais rica e mais complicada. O processo de pesquisa é longo e o ponto de saturação, quando repetições se tornam a norma, é difícil de aferir: nunca se sabe se novas informações virão ou não à tona, donde a dificuldade de encerrar a pesquisa. O excesso de contato e de intimidade gera vínculo emocional entre pesquisador e pesquisado que pode empanar a análise do material. De outro lado, a pesquisa pode assumir caráter terapêutico para o entrevistado.

Mas o problema mais sério da história de vida é a confiabilidade das informações. Ao narrar a própria vida o entrevistado está sujeito a dois limites. Um é o do anacronismo: a reconstrução do entrevistado do que ele foi, pensou ou sentiu no passado é filtrada por suas posições contemporâneas. Entra aí o que Bourdieu (1996) chamou de “ilusão biográfica”: a tendência a atribuir coerência e sentido linear à vida e a supor que as escolhas individuais sejam autodefinidas e imunes a condicionamentos sociais.

Outro limite é o do instrumento, a memória. O entrevistado está sujeito a esquecimentos, confusões e omissões, como à idealização das histórias positivas e à obliteração das negativas – ou vice-versa. E há que se considerar a fabricação de histórias. Anastasia Karakasidou o mostra em “Fields of wheat, hills of blood: Passages to nation hood in Greek Macedonia, 1870-1990”. Depois de anos de pesquisa na Macedônia entrevistando os moradores mais

idosos de um vilarejo, descobriu, por meio de pesquisa em jornal, que o relato de harmonia e boa convivência entre grupos étnicos locais, uníssono entre seus entrevistados, era uma repetição da versão construída pela propaganda estatal, que silenciara sobre fatos cruciais. O passado local fora clivado de conflitos, de deslocamentos forçados de populações, de convivência entre grupos imposta por autoridades. Isto é, a história relatada não era a história vivida.

Além de limites específicos, há dificuldades comuns a todas as técnicas que usam narrativa. O sucesso dos trabalhos depende muito da argúcia do pesquisador em arrancar confissões dos entrevistados e o excesso de empatia, que a proximidade com os pesquisados tende a criar, pode empanar a análise. Adicionalmente, a análise de tamanha massa de material obtido é atividade complexa. No caso de biografias e histórias de vida, soma-se a tendência a explicar processos macrossociais por meio de características de um único indivíduo.

As análises de trajetória subjetiva têm, obviamente, problemas similares aos da história de vida. Ambas podem perder informações relevantes sobre dados objetivos que influenciam a trajetória do indivíduo, como a renda familiar, o grau de escolaridade, a região de origem, a geração, se estes forem negligenciados nas narrativas. Desse ponto de vista, biografias, prosopografias e trajetórias objetivas são mais vantajosas, pois trabalham com as vidas dos indivíduos, mas não necessariamente com as suas narrativas, e, mesmo quando se valem disso, completam ou cotejam os relatos com fontes documentais para aferir a sua confiabilidade. As trajetórias objetivas, contudo, têm a desvantagem contrária: a análise expurga aspectos subjetivos considerados idiossincráticos e, assim, pode perder os contextos de experiência – redes de amizade, de compadrio etc. – que condicionam os rumos das vidas individuais.

Quadro 5 – Problemas das técnicas de reconstrução de trajetórias individuais	
Técnica	Problema principal
• Entrevistas e depoimentos	• Superficialidade das informações obtidas
• História de vida e trajetórias subjetivas	• Confiabilidade da memória do entrevistado; excesso de empatia
• Biografia, prosopografia e trajetórias objetivas	• Expurgo de dimensões subjetivas

Elaboração própria.

Vários desses problemas das técnicas que recorrem à reconstrução ou autorreconstrução da vida individual podem ser minimizados via combinação com outras técnicas qualitativas, como a observação participante, ou quantitativas. O outro problema típico dessas técnicas, o volume excessivo de dados obtidos, vem sendo minorado, nos últimos anos, com o surgimento de sof-

twares, como o N-vivo, que facilitam a organização e a análise de discursos, facultando a sistematização dos dados e a identificação de recorrências (por exemplo, mesmas palavras utilizadas por diferentes pesquisados para descrever certo fenômeno).

4. Reconstrução de processos sociais

Um terceiro grupo de técnicas de pesquisa trabalha com materiais mais frios que os dos dois primeiros grupos, já que nem observa os fenômenos diretamente, nem aborda os indivíduos que os vivenciaram. São metodologias que buscam desvendar a lógica de um nível subterrâneo da realidade social, que não se vê a olho nu e que não pode, pois, ser objeto de observação, e tampouco costuma ser percebida pelos indivíduos, porque são fenômenos mais largos e mais longos que as suas próprias vidas, embora, em geral, as estruturem.

As técnicas de reconstrução de processos operam nesse nível invisível da realidade social, na intersecção entre o conjuntural – no qual vivem os atores – e o estrutural. E supõem que o tempo é uma variável tão ou mais importante que o espaço na análise dos fenômenos sociais. A assunção básica é que a sequência na qual os fenômenos sociais acontecem tem impacto sobre os seus resultados e, por isso, reconstruí-la é crucial para a sua compreensão. Entra aqui o postulado da *path dependence* ou “dependência da trajetória”, isto é, a ideia de que a ação que vem antes condiciona a que vem depois, no sentido de que limita as possibilidades de mudança de seu curso, e pode, mesmo, lhe dar certa direção, que não se altera por simples vontade dos atores. Como cada evento pode ter desdobramentos longínquos no tempo, o foco está nos processos sociais de longa duração, que levam séculos para se completar.

Embora estudos abarcando períodos extensos fossem comuns no século XIX, foi em meados do XX que se firmaram como linha de investigação sociológica de base empírica sistemática. Pioneiro nessa direção é “O processo civilizador” (1939), de Norbert Elias, que estuda a mudança de padrão do controle social, mostrando como a modernização de costumes e as mudanças na estrutura da personalidade acompanham processos de concentração e monopolização do poder político. Como técnica sistemática, o levantamento de documentação histórica firmou-se em compasso com o subcampo da sociologia histórica, com nomes como Reinhard Bendix (“Construção nacional e cidadania”, 1964), Barrington Moore (“As origens sociais da ditadura e da democracia”, 1966), que, a partir dos anos 1960, estudaram os processos de modernização e as rotas de constituição da modernidade ocidental. Nas duas décadas seguintes, o foco se ampliou para tratar de processos de urbanização, industrialização, formação do capitalismo internacional (Immanuel Wallerstein, “O moderno sistema mundial”, 1974), das classes sociais (E.P. Thompson,

“A formação da classe trabalhadora na Inglaterra”, 1963), de revoluções (The-da Skocpol, “Estado e revoluções sociais”, 1979) e de movimentos sociais. Nesse último caso, Charles Tilly, em “From mobilization to revolution” (1978), provê uma explicação histórico-estrutural, associando a emergência dos movimentos sociais à do Estado nacional e à concentração de poder e de capital na Europa.

Nesse gênero de pesquisa, o sociólogo se aproxima do historiador, valendo-se de suas pesquisas ou indo diretamente às fontes primárias: documentos públicos estatais (documentação governamental, cartorial, judicial, etc.) e não estatais (jornais, revistas, livros, panfletos, anúncios, listas telefônicas, registros de partidos políticos, sindicatos, empresas, igrejas etc.), obras de arte (partituras musicais, romances, poemas, pinturas etc.) e registros privados (diários, cartas, rascunhos, notas etc.). O uso desse tipo de fonte requer, para sociólogos como para historiadores, tanto uma triagem (inventariar as fontes disponíveis e adequadas, recorrer a vários tipos de fonte para suprir lacunas) quanto uma avaliação crítica, de modo a estabelecer a fidedignidade e a representatividade delas. Para ficar nos autores mencionados, Tilly reconstruiu as mudanças nas formas de ação política no Ocidente a partir de extenso levantamento de eventos de protesto na imprensa. Já Elias tratou das mudanças nas formas de sociabilidade, valendo-se de correspondências, diários, manuais de etiqueta, jogos e obras de arte como fonte documental.

As reconstruções de processo podem focalizar um caso único, trabalhar com pequeno número de casos ou mesmo com muitos, quando a estatística passa a ser requisitada. A eleição de um caso apenas visa a entender a dinâmica intrínseca do fenômeno, como se desenrola concretamente em uma configuração sócio-histórica particular. Um exemplo é o livro de Brasílio Sallum Jr. (2015) sobre o impeachment de Collor. Já a comparação almeja a identificar padrões e processos sociais. A finalidade é obter generalizações históricas de médio alcance, identificando mecanismos recorrentes e encadeados, que operam em diferentes casos ou em grupos de casos. Um livro nessa direção é “Dynamics of contention” (2001), de Doug McAdam, Charles Tilly e Sidney Tarrow. A história dá aqui à sociologia o campo de construção de suas teorias.

A grande vantagem desse tipo de análise é captar padrões de longa vigência e mudanças estruturais, apenas perceptíveis quando se trabalha com um tempo muito longo, o dos séculos. O problema principal é o inverso, a perda das especificidades de cada contexto e, em alguns casos, o desaparecimento dos atores, das pessoas de carne e osso, que viveram os processos e deram alma aos mecanismos.

Quadro 5 – Vantagens e problemas das técnicas de reconstrução de processos	
Vantagens	Problemas
<ul style="list-style-type: none"> • Capta mudanças estruturais e padrões de longa duração 	<ul style="list-style-type: none"> • Não capta escolhas individuais
<ul style="list-style-type: none"> • Permite generalização histórica 	<ul style="list-style-type: none"> • Perde especificidades de cada período histórico

Elaboração própria.

5. Vantagens e problemas dos métodos qualitativos

As técnicas de pesquisa qualitativa abrangem um arco largo – além das antes mencionadas, poder-se-iam acrescentar várias outras, caso dos grupos focais (ver capítulo específico nesta publicação) e da análise de imagens. Podem-se agrupar as apresentadas aqui em três grandes gêneros, conforme (i) trabalhem mais com a observação direta dos fenômenos, privilegiando o que acontece sincronicamente; (ii) focalizem as vidas e narrativas dos indivíduos que vivem esses fenômenos, privilegiando a duração de suas vidas; ou (iii) trabalhem com um tempo mais alongado, o dos processos que atravessam e ultrapassam as vidas individuais.

Há, então, diferentes temporalidades consideradas e, portanto, ênfases distintas no interior das técnicas qualitativas. Observação participante, grupos focais, etnometodologia são, em geral, estudos sincrônicos, para os quais interessa mais o espaço social do que o tempo como eixo analítico, na medida em que se quer entender a estrutura de relações sociais em um dado momento do tempo, aquilo que é recorrente, que é rotineiro, repetitivo e, por isso, organiza a vida cotidiana. Já história de vida, biografia, prosopografia, trajetórias, reconstrução histórica são técnicas de ênfase diacrônica, interessadas em apreender mudanças sociais. Ainda que em diferentes níveis de observação – micro, meso, macro –, trabalham com a ideia de processo e supõem que os fenômenos têm andamentos diferentes em distintos pontos do tempo, que se acumulam em certas direções, ou se transformam à medida que se desenrolam. Assim, um conjunto de técnicas qualitativas serve mais para entender a ordem social, outro mais para investigar a mudança social.

Quadro 6 – Ênfases das técnicas qualitativas	
História de vida / Biografia / Prosopografia / Trajetórias / Reconstrução histórica	Observação participante / Grupos focais / Etnometodologia
• Ênfase diacrônica	• Ênfase sincrônica
• Variável principal é o tempo	• Variável principal é o espaço
• Investiga mudança no andamento dos fenômenos sociais	• Investiga arranjo das relações sociais num dado momento
• Privilegia ideia de processo	• Privilegia ideia de sistema ou estrutura

Elaboração própria.

Como se vê, cada grupo de técnicas é um cobertor curto. As que privilegiam a observação do presente e o ponto de vista dos atores têm dificuldade de acessar os processos estruturais. Já as técnicas de reconstrução de processos usualmente deixam de fora a vida vivida.

A escolha entre as técnicas depende, pois, da pergunta que o pesquisador formula. E, a depender do que se investiga, o melhor caminho será a combinação entre elas. Não há uma superioridade intrínseca de um tipo sobre outro, trata-se mais de achar a adequação, o encaixe entre o que se quer saber e a técnica que permite responder à questão de pesquisa.

Isso vale também para a escolha entre métodos qualitativos e quantitativos. Os mesmos princípios lógicos regem ambos, que visam a produzir informação empírica que sustente inferências. Trata-se de duas maneiras de enfrentar problemas e objetos e a escolha por um ou outro conjunto de técnicas é uma decisão muito mais empírica que teórica. Depende, outra vez, das perguntas que faz o pesquisador. Os qualitativos perdem para os quantitativos no que diz respeito à latitude da generalização, já que não se baseiam em estatísticas, e ficam mais sujeitos aos vieses do pesquisador. Mas ganham em requinte analítico: a profundidade compensa a pequena extensão.

À diferença das técnicas quantitativas, que se amparam em números, a apresentação dos resultados das pesquisas baseadas em métodos qualitativas obriga ao uso esmerado da linguagem. O efeito analítico depende muito da capacidade de persuadir do pesquisador ao descrever seus resultados; por isso, o domínio da língua é seu trunfo. Há uma sobreposição tácita entre preferência por métodos qualitativos e apuro do estilo. Enquanto o formato “paper”, de linguagem técnica e demonstrativa, basta quando se usa quantificação, os resultados das pesquisas qualitativas, para lograr rendimento completo, precisam de texto narrativo. Os bons pesquisadores neste campo costumam ser exímios contadores de histórias, capazes de dar vida a seus personagens,

transmitindo a sua condição social, mas também as suas aflições subjetivas. É por isso que a sociologia nunca acaba de se afastar de suas origens, vivendo sempre nas vizinhanças da história e da literatura.

6. Bibliografia recomendada

Métodos qualitativos

Becker, Howard (1996). “A Escola de Chicago”. *Mana*, vol. 2, nº 2, Rio de Janeiro, outubro.

Boudon, Raymond (1971). “Introdução”. In: _____. *Métodos quantitativos em sociologia*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves Flores. São Paulo: Vozes, pp. 7-17.

Engels, Friedrich (2008). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo.

Giddens, Anthony (1978). *Novas regras do método sociológico – Uma crítica positiva das sociologias compreensivas*. Rio de Janeiro: Zahar.

Lepenies, Wolf (1995). *As três culturas*. São Paulo: Edusp.

Wallerstein, Immanuel et alii (1996). “A construção histórica das ciências sociais, do século XVIII até 1945”. In: _____. *Para abrir as ciências sociais*. São Paulo: Cortez.

Observação participante e etnometodologia

Coulon, Alain (1995). *A Escola de Chicago*. Trad. Tomás R. Bueno. São Paulo: Papyrus.

_____ (1995). *Etnometodologia*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes.

Goffman, Erving (2001). *Manicômios, prisões e conventos*. Trad. Dante Moreira Leite. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva.

Riley, Matilda W. & Nelson, Edward E. (orgs.) (1976). *A observação sociológica*. Trad. Luiz Fernando Dias Duarte. Rio de Janeiro: Zahar.

Whyte, William Foote (2005). *Sociedade de esquina: Estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Trad. Maria Lúcia de Oliveira; rev. tec. Karina Kuschnir. Rio de Janeiro: Zahar.

Entrevistas e depoimentos

Goldenberg, Mirian (2004). “Entrevistas e questionários”. In: _____. *A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record.

Phillips, Bernard (1974). “Entrevistas, questionários e levantamentos”. In: _____. *Pesquisa social: Estratégias e táticas*. Trad. Vanilda Paiva. Rio de Janeiro: Agir, pp. 161-85.

Zaluar, Alba (1985). “O antropólogo e os pobres: Introdução metodológica e afetiva”. In: _____. *A máquina e a revolta*. São Paulo: Brasiliense, pp. 9-32.

História de vida, trajetórias, biografias e prosopografias

Alonso, Angela (2007). *Joaquim Nabuco: Os salões e as ruas*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____ (2002). *Ideias em movimento: A geração 1870 na crise do Brasil-Imperio*. São Paulo: Paz e Terra/Anpocs.

Becker, Howard S (1984). *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. Trad. Marco Estevão & Renato Aguiar; rev. tec. Márcia Arieira. 2ª ed. São Paulo: Hucitec.

Bourdieu, Pierre (1996). “A ilusão biográfica”. Trad. Luiz Alberto Monjardim et alii. In: Ferreira, Marieta (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, pp. 183-91.

Charle, Christophe (1987). *Les Elites de la République. 1880-1900*. Paris: Fayard.

Dubar, Claude (1998). “Trajetórias sociais e formas identitárias: Alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos”. *Educação & Sociedade*, nº 62, pp. 13-30.

Elias, Norbert (1994). *Mozart: Sociologia de um gênio*. Trad. Sergio Goes de Paula; rev. tec. Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, pp. 9-31.

Lewis, Oscar (1970). *Os filhos de Sánchez*. Trad. Maria Cardoso. Lisboa: Moraes Editores.

Miceli, Sergio (2001). *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras.

Reconstrução de processos

Mulhal, Terry & Morais, Josimar (1998). “Mapeando o ‘reino’ da sociologia histórica: Reflexões acerca do modelo teórico-metodológico de Theda Skocpol”. *BIB: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, nº 45, pp. 25-50.

May, Tim (2004). *Pesquisa social: Questões, métodos e processos*. Trad. Carlos Alberto Netto Soares. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed.

Sallum Jr., Brasília (2015). *O impeachment de Fernando Collor*. São Paulo: Editora 34.

Tilly, Charles (1999). “*To explain political processes*”. *The American Journal of Sociology*, vol. 100, nº 6, pp. 1594-1610.

O uso da entrevista na pesquisa empírica

Márcia Lima

Pesquisadora do Cebrap e professora do Departamento de Sociologia da FFLCH, USP

1. Introdução

O intuito deste capítulo é fornecer ao leitor, de forma introdutória, os principais aspectos, vantagens e desafios acerca do uso de uma das principais técnicas das pesquisas com abordagem qualitativa em ciências sociais: a entrevista.

O texto estrutura-se a partir de quatro aspectos importantes. Primeiro, a distinção entre o uso da entrevista nas abordagens quantitativa e qualitativa. Segundo, as diferentes modalidades de entrevista e as suas características. Terceiro, o uso da entrevista dentro das diversas formas de desenho qualitativo de pesquisa. Por fim, a construção do ambiente da pesquisa e as estratégias de condução da entrevista. Na seção final do capítulo serão apresentadas estratégias de análise das entrevistas.

2. A entrevista nas abordagens quantitativa e qualitativa

Não é possível tratar deste tema sem antes destacar, mesmo que de forma breve, a questão da abordagem qualitativa nas ciências sociais. Muitas vezes os pesquisadores são tentados a lidar com uma falsa oposição no que diz respeito à definição das técnicas e dos níveis de observação. Costuma-se crer que pesquisas qualitativas analisam interações, opiniões e atitudes, enquanto pesquisas quantitativas analisam as estruturas sociais (desigualdades, mobilidade social, desemprego). Essa construção equivocada impossibilita identificar que existem níveis distintos de observação dos fenômenos sociais e que boa parte deles pode ser analisada tanto através da metodologia quantitativa como da qualitativa. Este capítulo dedica-se a apresentar uma das principais técnicas de coleta de dados nas ciências sociais: a entrevista.

Conforme apontado no primeiro capítulo desta publicação, de Angela Alonso, as técnicas qualitativas podem ser utilizadas para coletar dados tanto sobre interações cotidianas quanto sobre processos sociais de reconstrução histórica. O uso das entrevistas se dá nas diferentes técnicas de pesquisas qualitativas: observação participante, estudos etnográficos, trabalhos de campo, histórias de vida, biografias, análise de trajetórias, análise de redes. Galtung (1965) define todo processo de investigação a partir da relação entre estímulos (ambientes propícios para coleta) e respostas. Tais respostas podem ser obtidas em atos não verbais (reações e comportamentos), atos verbais escritos (cartas, documentos, questionários autoadministrados) e atos verbais orais (conversas informais, entrevistas estruturadas e semiestruturadas. Para o caso

do uso da entrevista, o cenário de estímulos e respostas encerra as situações relacionadas no quadro a seguir.

Quadro I – Coleta de dados, segundo estímulos e respostas				
Respostas				
Estímulos		Atos não-verbais	Atos verbais orais	Atos verbais escritos
	Ambientes informais	Observações sistemática	Utilização de informantes, conversas	Cartas, artigos, biografias
	Ambientes formais não estruturais	Observação sistemática	Entrevistas com perguntas abertas	Questionários com pergunta abertas
	Ambientes formais estruturados	Técnicas experimentais	Entrevistas pré-codificadas	Questionário estruturado

Adaptado de Galtung (1965).

No esquema elaborado pelo autor, é possível identificar a diferença principal entre o uso da entrevista em estudos quantitativos e qualitativos. Embora este volume da publicação se dedique às técnicas qualitativas, é necessário, para uma melhor compreensão dos limites e possibilidades da entrevista, reforçar que essa técnica é um dos principais instrumentos de coleta e construção de dados das ciências sociais, tanto nos estudos quantitativos quanto nos estudos qualitativos. A principal distinção do seu uso nos dois métodos é o grau de estruturação no preparo das entrevistas. O questionário, utilizado em estudos quantitativos, é também um resultado de uma entrevista (presencial ou não).¹ A entrevista para aplicação de questionário tende à máxima e prévia estruturação não apenas das perguntas mas também das respostas (questionários fechados).

Entretanto, o uso da entrevista, mesmo que para a aplicação de questionário, requer alguns cuidados e estratégias que não diferem dos adotados nas entrevistas semiestruturadas ou não estruturadas, próprios da abordagem qualitativa. Entre eles destacam-se os seguintes aspectos:

i) O entrevistado nunca deve se sentir constrangido – entrevista não é interrogatório;

ii) Os roteiros de entrevistas, assim como os de questionários estruturados, devem ter uma sequência que permita ao entrevistador conduzir a entrevista preservando a ideia de uma “conversa”; e

¹ Nas pesquisas quantitativas há a possibilidade de aplicação de questionários sem a realização de entrevistas utilizando os questionários autoadministrados ou questionários online. Para essa discussão ver o capítulo de Danilo Torini no volume sobre métodos quantitativos desta publicação.

iii) As perguntas devem ser pertinentes, considerando o perfil dos entrevistados.

Se nos questionários há o recurso de filtros, nas entrevistas estruturadas e semiestruturadas esses aspectos devem ser cuidadosamente observados. Na entrevista para aplicação de questionário a orientação dada aos entrevistadores é diminuir a interação pesquisador-pesquisado para que se possa seguir à risca as perguntas preelaboradas e o tempo de entrevista. A seleção do entrevistado, em geral, segue critérios de aleatoriedade. Já na entrevista qualitativa, a interação ocorre de forma distinta, pois a fluidez da conversa e uma maior interação melhoram a qualidade do dado coletado. Na condução da entrevista, o conhecimento prévio das características e do perfil do são prerrogativas importantes.

Quadro II – Principais diferenças entre entrevista e questionário		
	Questionários	Entrevistas
Estruturação	Máxima estruturação Sem improvisação Busca por dados padronizados	Estruturação mínima Uso de roteiro de entrevistas
Perguntas	Predefinidas	Abertas e adaptáveis
Respostas	Fechadas e padronizadas	Resposta não são antecipáveis Espontaneidade da fala do respondente
Ambiente	Podem ser aplicados pessoalmente, autoadministrados, por telefone ou de forma virtual (online)	Prevalência da forma presencial; em casos específicos, utiliza-se telefone (situação ideal: máxima interação entrevistador-entrevistado)

Adaptado de Galtung (1965).

Feitas tais distinções, o restante deste capítulo focará os desafios e recursos necessários para a boa condução da entrevista em técnicas qualitativas.

3. O que a entrevista nos revela?

A entrevista é uma conversa que pode ser mais ou menos sistemática, cujo objetivo é obter, recuperar e registrar as experiências de vida guardadas na memória das pessoas. O entrevistador tem um papel ativo na busca de lembranças e reflexões, mas isso deve ser feito sem que haja uma indução em busca da resposta que se quer ouvir.

A entrevista é uma técnica que consiste em gerar e manter conversações com pessoas consideradas chaves no processo de investigação. É recurso comumente utilizado por pesquisadores sociais e, importante frisar, em geral está associada ao uso de outras técnicas de pesquisa. Para isso, segue-se um conjunto de tópicos e interpretações que vão criar os dados da investigação.

Através da entrevista é possível construir histórias de vida, captar experiências, valores, opiniões, aspirações e motivações dos entrevistados, escolhidos segundo os critérios e interesses do tema investigado. É importante lembrar que a fala do entrevistado representa uma autodescrição e uma apresentação de si mesmo. Em muitos casos os entrevistados podem tentar criar empatia ou dar respostas consideradas por eles adequadas ao que o entrevistador supostamente espera. Superar esse obstáculo, que pode gerar respostas evasivas ou inadequadas, é o principal desafio do uso da entrevista em pesquisas das ciências sociais.

Para enfrentar esses desafios, há diferentes formatos de entrevista. A decisão quanto ao tipo de entrevista a ser utilizado deve levar em consideração a situação da pesquisa, o tema investigado e o tempo para realização da pesquisa. Além disso, o uso da entrevista pode estar associado a outras técnicas de pesquisa. Em geral, as entrevistas são classificadas em três formatos: estruturadas, semiestruturadas e abertas. Suas diferenças consistem no grau de estruturação prévia do roteiro de perguntas da entrevista. Na estruturada o roteiro é bastante rígido, e ela é usada, principalmente, para a aplicação de questionários. Na semiestruturada, o entrevistador segue um determinado número de questões principais e específicas, em uma ordem prevista, mas é livre para incluir outras questões. Na entrevista não estruturada, o entrevistador apoia-se em vários temas e em algumas perguntas iniciais previstas para improvisar em função das respostas obtidas do entrevistado. Nela, o entrevistador é livre para desenvolver questões ao longo da entrevista.

Quadro III – Tipos de entrevista qualitativa		
	Semiestruturada	Aberta
Características	Elaboração de roteiro como requisito fundamental	Maior informalidade, questões prévias estão abertas Caráter exploratório
Manifestações do respondente	Livre manifestação do respondente, porém o entrevistador conduz a entrevista seguindo um roteiro	Livre manifestação do respondente
Liberdade do pesquisador	O roteiro é um guia para o entrevistador, que deverá cobrir todas as questões previstas. Pode haver adaptações ao longo da entrevista	Livre condução por parte do entrevistador. Mas há o risco de deixar questões importantes sem resposta

Adaptado de Galtung (1965).

O que define essa escolha? Há duas observações importantes. A primeira diz respeito à possibilidade de utilizar mais de um formato de entrevista ao longo da pesquisa. É possível, por exemplo, em um primeiro contato realizar entrevistas informais não estruturadas para conhecer melhor os potenciais informantes e conhecer o campo de pesquisa para, posteriormente, realizar entrevistas semiestruturadas. Da mesma forma que, no processo de coleta de informações, a depender do informante-entrevistado, o pesquisador pode optar por um determinado tipo de entrevista.

A segunda observação acerca do tipo de entrevista a ser utilizada relaciona-se com a existência de outras técnicas de coleta de dados e, principalmente, com as características da pesquisa. Por exemplo, se a entrevista for feita em um contexto de observação participante ou de pesquisa etnográfica, ou se o campo de investigação for grupos, movimentos sociais e comunidades, ou se a pesquisa será realizada em instituições, partidos políticos etc. Ou, ainda, se for uma pesquisa que envolve análise de trajetórias individuais. Cada um desses cenários deve ser levado em conta ao decidir por uma maior ou menor estruturação do roteiro. Entretanto, há algo em comum: nenhuma entrevista qualitativa deve ser aplicada como um questionário.

O tema da entrevista é também um aspecto fundamental para definir a estratégia da investigação, assim como as características dos entrevistados. Por exemplo, pesquisas sobre atitudes e comportamentos considerados socialmente ou legalmente “reprováveis” (aborto, consumo de drogas, envolvimen-

to com tráfico etc.) ou temas em que o entrevistado pode ser um/a potencial vítima (violência doméstica, discriminação racial, homofobia etc.) merecem um tratamento adequado em relação ao roteiro, à escolha do entrevistado e ao local em que ocorrerá a entrevista (domicílio/trabalho do entrevistado). Em situações que envolvam ambiente escolar, ambiente de trabalho, movimento social, partidos políticos é importante identificar quem é o entrevistado e qual a posição que ele ocupa no contexto da pesquisa. Lembrar sempre que são informantes instituídos como porta-vozes do grupo e de um discurso da instituição (Combessie, 2004). Na pesquisa qualitativa, a fala dos indivíduos se torna o principal registro do dado.

No que diz respeito à validação dessa técnica, ela ocorre dentro de perspectivas teóricas que tomam como válido o significado das representações sociais construídas pelos indivíduos em situação de interação.

Nesse sentido, são tarefas de grande importância, durante o processo da pesquisa: (i) identificar qual a melhor forma de selecionar os entrevistados considerando a posição que eles ocupam; (ii) definir o roteiro e o tipo de entrevista que será feita considerando a forma como ocorreu a inserção no campo; e (iii) consolidar o desenho de pesquisa no qual a entrevista se insere.

Dois situações de pesquisa serão consideradas aqui a título de exemplo: relatos orais no contexto da observação participante e relatos orais no contexto das histórias de vida.

4. O uso da entrevista em diferentes técnicas qualitativas

A observação participante é uma das principais formas de pesquisa qualitativa contemporânea. Consiste, basicamente, na participação real com a comunidade ou grupo em uma inserção de médio e longo prazo no campo de pesquisa. Em muitas situações, o pesquisador passa a residir junto com os moradores do espaço investigado, cria laços e proximidades com o intuito de estabelecer uma relação de confiança e de construir a motivação dos indivíduos para responder a suas perguntas e colaborar com a pesquisa. Portanto, antes de iniciar a realização de entrevistas, o ponto de partida é definir a forma de observação. Conforme nos ensina Combessie (2004), a observação está ligada à descoberta. Os primeiros contatos do pesquisador terão intuito exploratório e, portanto, é importante observar antes de entrevistar, pois nesse processo o observador constrói o(s) seu(s) sujeito(s) de pesquisa, minimiza o impacto da sua presença através do cotidiano e consegue criar estratégias para fugir da resposta “correta”. Após esse primeiro contato é possível identificar os informantes que serão os seus mediadores no campo, que contribuirão para sua inserção e construção da sua confiabilidade (Combessie, 2004: 32).

O clássico livro de Willian Foot Whyte *Sociedade de esquina: A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*, publicado em 1943, é o resultado de uma longa pesquisa realizada em uma área pobre de Boston nos anos 1930. Esse livro é considerado uma referência obrigatória para estudos de métodos qualitativos. A pesquisa durou três anos e o pesquisador passou a residir em Cornerville. No livro, aprendemos a importância do informante que intermedeia sua entrada e permanência no campo, como construir a relação entre pesquisador e pesquisado sem a ilusão de que seja possível desconstruir a posição de pesquisador, mas, sim, gerar confiança a ponto de poder observar e entrevistar as pessoas. E, por fim, observar os entrevistados dentro de seu contexto e confrontar os seus comportamentos com as suas falas. Portanto, no caso da observação participante, privilegiam-se entrevistas não estruturadas para contatos iniciais e identificação de potenciais informantes e em algumas situações deve-se realizar entrevistas semiestruturadas.

Para melhor entender o uso do relato oral é importante destacar algumas definições terminológicas que nos permitem distinguir técnicas que, embora sejam similares, têm processos e objetivos distintos: história oral, história de vida e biografia.

Tratando primeiramente da história oral, é necessário marcar que nessa técnica o relato oral irá compor um conjunto de informações e os informantes têm uma característica comum. Conforme nos ensina Queiroz (1987),

“História oral” é termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar. Colhida por meio de entrevistas de variada forma, ela registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade. Neste último caso busca-se uma convergência de relatos sobre um acontecimento ou sobre um período do tempo. (Queiroz, 1987: 06)

O resultado dessa técnica é produzir depoimentos de pessoas que vivenciaram determinados eventos históricos que, com demais pessoas, formam um conjunto de experiências comuns. Nessa técnica, a entrevista se transforma em um dado, uma fonte oral que poderá ser utilizada por vários pesquisadores,² e há situações distintas de condução de entrevistas e depoimentos. Segundo Ferreira (1998), há duas linhas de trabalho no campo da história oral:

A primeira delas utiliza a denominação história oral e trabalha prioritariamente com os *depoimentos orais como instrumentos para preencher as lacunas deixadas pelas fontes escritas*. Essa abordagem tem-se voltado tanto para os

² Para maiores informações sobre esta técnica e tipo de acervo, consulte: <http://www.museudapessoa.net/pt/home> e <http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral>.

estudos das elites, das políticas públicas implementadas pelo Estado, como para a recuperação da trajetória dos grupos excluídos, cujas fontes são especialmente precárias. [...] Uma segunda abordagem no campo da história oral é aquela que privilegia o estudo das representações e atribui um papel central às relações entre memória e história, buscando realizar uma discussão mais refinada dos usos políticos do passado. Nessa vertente a subjetividade e as deformações do depoimento oral não são vistas como elementos negativos para o uso da história oral. (grifos meus) (Ferreira, 1998: 11-13)

No caso das histórias de vida o pesquisador está interessado na trajetória de vida dos entrevistados, suas experiências em face de certos episódios da sua vida com o objetivo de associá-las a situações presentes. A história de vida pressupõe uma série de encontros, pois a profundidade que se busca nesses relatos não seria possível com apenas um contato. O intuito é que o pesquisador tenha um maior controle sobre a situação e a motivação dos entrevistados a partir de informações contextuais, ou seja, o foco não deve ser apenas o relato, mas o relato em um contexto que faz parte da gama de interesses do autor. Queiroz (1986) define história de vida como uma técnica de entrevistas empregada pelo cientista social, que obtém um

relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que viveu e transmitir a experiência que adquiriu. Narrativa linear e individual doa acontecimentos que ele considera significativos, através dela se delineiam as relações com os membros do seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, de sua sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar. (Queiroz, 1986: 06-07)

Bourdieu (2002), ao tratar do uso das histórias de vida, faz uma crítica importante apontando para o risco de considerar trajetória apenas como uma série de posições ocupadas pelo mesmo agente ou grupo. Segundo o autor:

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela do nome próprio é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto de metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações. (Bourdieu, 2002: 189-190)

Com essa afirmação, Bourdieu procura chamar atenção para os riscos desse tipo de técnica e os problemas oriundos do uso dos relatos dos entrevistados sobre suas experiências. Ao trabalhar com entrevistas, é sempre necessário entender as diferentes estratégias de condução e análise das mesmas.

Becker (1993) utiliza outra metáfora para falar do uso de histórias de vida: o mosaico. É importante compreendê-la dentro de um conjunto de peças. Cada peça acrescentada contribui para dar nitidez a fatos e pessoas que estão no quadro e às relações entre eles. Eis como Becker define a tarefa do sociólogo que trabalha com história de vida:

O sociólogo que coleta uma história de vida cumpre etapas para garantir que ela abranja tudo o que quer conhecer, que nenhum fato ou acontecimento importante seja desconsiderado, que o que parece real se ajuste a outras evidências disponíveis e que a interpretação do sujeito seja apresentada honestamente. A sociologia mantém o sujeito orientado para os temas nos quais a sociologia está interessada, questiona-o sobre acontecimentos que exigem aprofundamento, tenta fazer com que a história contada acompanhe os assuntos dos registros oficiais e os materiais fornecidos por outras pessoas familiarizadas com os indivíduos, acontecimentos ou lugares descritos. Ele garante para nós o cumprimento das regras do jogo. (Becker, 1993: 102)

O autor deixa claro que coletar histórias de vida é mais do que escutar relatos de experiências individuais. Significa colocá-las em contexto, checar fontes, ouvir outras experiências, evitando assim a armadilha da ilusão biográfica, apontada por Bourdieu. Assim, o uso da entrevista em histórias de vida deve ser visto como parte do processo e não como seu único instrumento de construção de dados.

Um terceiro formato de dados orais também utilizado nas pesquisas em ciências sociais é a biografia. A principal marca dessa técnica é a existência de textos e material documental sobre a história do indivíduo já objetificados, ou seja, escritos sem a intervenção de um pesquisador. Embora se trate de uma fonte de dados (verbais e escritos), o pesquisador não irá necessariamente coletar, e sim usar dados e informações já existentes (material documental ou registros orais, como depoimentos já realizados).

Em caso de análise de trajetórias é importante que o pesquisador se informe ao máximo sobre o entrevistado antes da realização de uma entrevista. Entrevistador desinformado conduz mal a sua investigação. Embora as entrevistas tenham o intuito de revelar um nível de informação do respondente, de desvendar aspectos desconhecidos, é necessário estar a par daquilo que é público em sua trajetória ou, então, ter clareza de quais aspectos o pesquisador deseja conhecer para que as respostas dadas não sejam vagas ou, pior, o pesquisador não consiga obter respostas.

Por fim, é importante distinguir formas de coleta e formas de análise. Neste tópico, especificamente, nota-se que os diferentes relatos orais podem ser coletados para diferentes formas de análise. Nas ciências sociais, utilizamos, de

forma mais regular, a análise de trajetórias, que corresponde a uma maneira de analisar os materiais coletados nas histórias de vida e nas biografias. Na análise de trajetórias o pesquisador procura confrontar os relatos com questões estruturais mais amplas que norteiam a pesquisa. Por exemplo, ao investigar a trajetória dos indivíduos no sistema de ensino superior, há que se considerar a experiência individual dentro de um contexto mais amplo sobre o sistema de ensino superior do país, suas clivagens sociais, formas de acesso, entre outras. Na análise de trajetórias procura-se identificar efeitos macrosociais na vida dos entrevistados. Isso nos remete ao tópico sobre preparação e condução de entrevistas.

4. A preparação do roteiro de entrevista e a condução da entrevista

Ao longo deste capítulo procurou-se apontar as inúmeras situações e formas de uso da entrevista, além de seus tipos. Diante do que foi exposto até aqui, há que se considerar que a preparação do roteiro é algo extremamente atrelado às opções de pesquisa, tornando-se impossível definir um padrão único de roteiro. Mas há uma proposta fundamental na elaboração de roteiros, conforme destaca Combessie.

O roteiro da entrevista é redigido antes e abrange a lista de temas ou dos aspectos do tema que deverão ser abordados antes do fim da entrevista. Como todo roteiro, deve ser de consulta fácil e rápida: detalhado, preciso, mas com notações breves e claras (palavras-chave, frases nominais...). A ordem dos temas da lista é construída para prefigurar um desenvolvimento possível da entrevista, uma lógica provável de encadeamentos. (Combessie, 2004:41)

Além dessa consideração do autor, há algumas sugestões importantes:

i) O roteiro não deve “amarrar” a entrevista. A fluência da conversa é mais importante do que a sequência de perguntas pensadas para a realização da entrevista.

ii) Em muitas situações os entrevistados procuram a “aprovação social” do entrevistador. Deve-se, portanto, evitar que o entrevistado crie expectativas sobre o que você quer ouvir.

iii) A depender do tipo de pesquisa, é necessário obter um conjunto de informações prévias sobre o entrevistado e o seu contexto. Esse é um ponto delicado da entrevista, pois desconhecer totalmente pode ser positivo para construir empatia e proximidade, mas, ao mesmo tempo, o desconhecimento pode prejudicar a fluência da conversa.

iv) Nunca se deve elaborar um roteiro de entrevista que comece com questões polêmicas ou que possam gerar desconforto aos respondentes.

O penúltimo aspecto a ser abordado neste capítulo diz respeito à condução da entrevista e envolve a definição do conteúdo da pergunta. Na formulação da pergunta o pesquisador deve estar atento para definir, da forma mais clara possível, qual é o sentido daquela pergunta, o que ele quer captar.

4.1. O conteúdo da pergunta

O trabalho de Selltitz et al. (1971) propõe alguns itens importantes que passam tanto a elaboração do roteiro quanto a condução da entrevista e que norteiam as entrevistas e a escolha dos entrevistados. Esse é o ponto crucial da entrevista, pois o conteúdo da pergunta é o que irá dar qualidade e consistência às informações coletadas. Os aspectos apresentados pelos autores de forma alguma esgotam as possibilidades de elaboração de roteiros de entrevistas, mas chamam atenção para pequenas e sutis distinções na busca de respostas sobre fatos, comportamentos, atitudes e sentimentos.

Verificação e reconstituição de fatos

O primeiro aspecto a ser considerado é a seleção do entrevistado. Ele se adequa às questões que o pesquisador quer abordar? Qual o seu lugar na pesquisa? Um segundo aspecto diz respeito a pesquisas que procuram reconstituir fatos (como as pesquisas de história oral). Nesse caso é necessário checar como o entrevistado tomou conhecimento dos fatos, assim como a sua memória em relação a eles. Há um terceiro conjunto de reconstituição de fatos que diz respeito à experiência específica do entrevistado. Nesse caso, é importante ser muito específico na pergunta:

“Quando começou no atual emprego?”;

“De que forma obteve este emprego?”.

Verificação de crenças quanto aos fatos

Outro tipo de conteúdo que devemos distinguir é a forma de captar as crenças dos indivíduos. Não se trata de buscar objetivamente a verdade, e sim a impressão dos indivíduos, ou seja, o que eles pensam que são tais fatos. Por exemplo:

“O que você pensa sobre a criminalidade no seu bairro?”.

Esse tipo de pergunta não visa medir a criminalidade e sim como os moradores do bairro percebem o fenômeno da criminalidade, um fato que faz parte da sua rotina.

Verificação de sentimentos

Segundo os autores, as crenças das pessoas em relação aos fatos ajudam o pesquisador a entender seus sentimentos e desejos. Mas o inverso também

acontece: muitas vezes, ao perguntar sobre sentimentos, conseguimos captar crenças e valores em uma reação mais emocional (Selltiz et al.: 277). No exemplo acima, a resposta à pergunta sobre o que o indivíduo pensa sobre a criminalidade é uma forma de tentar captar alguma forma de sentimento (medo, desconfiança). Na aplicação de questionários, em geral, usam-se itens que medem reações emocionais na forma de reações afirmativas: medo, desconfiança, desprezo, ódio, inveja, simpatia, admiração.

No caso das entrevistas o melhor é registrar a livre manifestação do respondente. Alguns recursos possíveis: (i) criar situações hipotéticas ou (ii) perguntar sobre o sentimento naquele momento. A decisão acerca dessa formulação certamente está relacionada ao problema de investigação e da condução da entrevista. Trata-se, portanto, de descobrir não apenas os sentimentos, mas as circunstâncias que motivam os mesmos.

“Você costuma andar sozinho à noite no seu bairro?
Como você se sente?”

ou

“Se você tivesse que andar sozinho à noite em seu bairro, como você se sentiria?”

Descoberta de padrões de ação

O quarto conteúdo destacado pelos autores relaciona-se com as definições de um indivíduo quanto ao comportamento adequado em várias situações sociais. Elas podem ser tanto reflexo de uma opinião como predição de um provável comportamento (Selltiz et al.: 279). Em geral, o que se quer captar é a orientação idealizada do entrevistado.

Comportamento dirigido ao presente ou ao passado

O conhecimento do comportamento passado ou presente tem muito valor para a predição do comportamento passado ou futuro. Nesse caso, o uso de perguntas bem específicas é o mais recomendado. Em geral, são utilizadas perguntas sobre o comportamento de consumo, uso de serviços públicos, voto na última eleição etc.

Razões conscientes de crenças, sentimentos, orientações e comportamento

O último conteúdo destacado pelos autores envolve um aspecto que perpassa todos os anteriores. A tentativa é captar o porquê. O melhor caminho para conseguir uma boa resposta ao “por quê?” consiste em definir algumas considerações gerais importantes. No caso de atos e sentimentos, tentar identificar em que circunstâncias o/a entrevistado/a definiu um determinado padrão de comportamento. Por exemplo:

“Em que circunstâncias você decidiu a retomar seus estudos?”;

“O que fez você acreditar que esse curso era a melhor opção?”;

“Qual era o seu principal desejo ao tomar esta decisão?”.

Nessas três perguntas é possível especificar o porquê considerando desde uma visão mais ampla (circunstância), passando por uma razão mais específica (crença) e chegando a algo mais abstrato (sentimentos).³

4.2. Considerações práticas a respeito da condução da entrevista

Por fim, cabe fazer algumas considerações práticas acerca da condução da entrevista. A principal delas diz respeito à forma de registro. Em geral, o uso do gravador é a forma mais comum de registro. Certamente, pressupõe a concordância do entrevistado em fazer a gravação. Tem como vantagem o fato de permitir transcrever literalmente a fala dos entrevistados, mantendo duas formas permanentes de registro (o áudio e o texto). Além disso, se o registro se tornar público, poderá ser usado futuramente em outras pesquisas e não depende da memória do pesquisador nem da sua capacidade de registrar e entrevistar ao mesmo tempo.

Entretanto, há algumas situações nas quais o uso do gravador pode gerar constrangimentos, impedir que o entrevistado se manifeste livremente. Nesse sentido, o tema da pesquisa e o perfil dos entrevistados contribuirão para definir o uso do gravador. No caso da impossibilidade do uso do gravador, o roteiro da entrevista será crucial. O pesquisador deve tentar anotar ao máximo ao longo da entrevista, mas sem deixar que isso comprometa a fluência da conversa. Ao término da entrevista o pesquisador deverá anotar imediatamente todas as suas impressões, lembranças e aspectos cruciais da entrevista. Uma estratégia interessante, quando a pesquisa envolve uma equipe de pesquisa, é mobilizar uma dupla de pesquisadores. Em geral, o mais experiente conduz a entrevista e o menos experiente fica de apoio e responsável pelo registro.

A título de exemplo, segue abaixo o roteiro de entrevista utilizado na pesquisa “As políticas de inclusão e a transição no mercado de trabalho: O caso do Programa Universidade para Todos (Prouni)”, realizada no Cebrap.⁴ A pesquisa tinha como objetivo investigar as experiências dos beneficiários do Prouni na Região Metropolitana de São Paulo. Adotou com uma abordagem quantitativa e qualitativa e a sua ênfase esteve na relação com o trabalho antes

³ Uma ressalva importante: em algumas situações a eloquência do entrevistado pode dispensar esse conjunto de questões. Às vezes, em uma única resposta, o entrevistado responde a todos os pontos. Por isso o roteiro deve servir como um guia, um check list de informações que devem ser cobertas.

e durante a inserção no ensino superior, bem como nas expectativas e estratégias dos respondentes ao término do curso. Foi dada prioridade a pessoas que estavam concluindo ou já tinham terminado o curso.

Roteiro de entrevista

A pesquisa: políticas de inclusão e transição no mercado de trabalho – o caso do Proni
Coordenação: Márcia Lima
CEBRAP/CEM

1) Características Familiares

- Ocupação e escolaridade de pai e mãe
- Se tem irmãos, quantos? Estudam ou estudaram? Mais velhos ou mais novos?
- Migração
- Local de moradia
- Estado civil. Se casado, escolaridade e ocupação do cônjuge/parceiro.

2) Trajetória educacional (antes da universidade/faculdade)

- Sabemos que cursou escola pública no Ensino Médio, mas abordar um pouco da trajetória. Se foi regular ou não, características da (s) escola (s), localização, tamanho etc. Algo marcante nesta trajetória que tenha influenciado as decisões posteriores.
- Relação com estudo.
- Ao terminar a faculdade/universidade, como vc avalia a importância da escola na sua formação na universidade.
- Se negro, experiências de preconceito.
- Tentou ingressar na universidade antes do PRONUI? Se sim quais cursos/universidades (pública ou privada).

3) Histórico no mercado de trabalho (caso tenha experiência de trabalho antes de ingressar na universidade)

- Quais os empregos, ocupações ou atividades remuneradas vc teve antes de ingressar na universidade?
- Essa experiência contribui para suas decisões em relação: i) à decisão de ingressar na universidade (a ênfase aqui deve ser mais na decisão de estudar). De que maneira? Relações no trabalho que lhe influenciaram, manutenção de emprego, desejo de mudar de emprego etc; ii) à escolha do curso.
- Em que medida o curso melhorou a sua inserção no trabalho, sua vida profissional? Qual a sua expectativa?
- O que além da universidade (diploma) vc considera que precisa agregar para melhorar sua condição no mercado de trabalho?

4) O PRONUI e o curso:

4.1 O PRONUI

- A decisão de prestar o PRONUI: em que circunstâncias.
- Se negro, vc foi cotista?
- Consegiu o que queria em termos de curso/universidade. Como foi esse processo?
- Na sua opinião, qual o melhor aspecto do programa? E no que ele é falho?

4.2 O curso:

- Qual a sua avaliação do curso? Vc acha que ele é uma boa opção para a inserção no mercado de trabalho?
- Qual a sua avaliação da instituição?
- Como era a relação da instituição com os bolsistas PRONUI?
- Como era a relação entre os bolsistas e os demais alunos?
- Os cotistas são identificados?
- Como você descreve sua experiência na universidade? Mudou seus hábitos em torno de lazer e cultura? Conheceu mais pessoas, ampliou sua rede de amizades e de contatos? Para além do curso, o que vc considera que ganhou/adquiriu neste período?

4 A pesquisa contou com o financiamento da Fundação Ford e com o apoio do Centro de Estudos da Metrópole (CEM), projeto vinculado ao Centro de Pesquisa, Inovação e Difusão (CEPID-FAPESP).

5. Considerações finais: a análise das entrevistas

A análise das entrevistas é outra etapa importante da pesquisa. Aqui há que se considerar, em primeiro lugar, o tipo de registro que se obteve: gravação, transcrição completa, transcrição parcial. A melhor forma de trabalhar a entrevista, quando gravada, é ouvi-la para lembrar o momento em que foi feita e transcrevê-la integralmente. Assim, haverá duas fontes diferentes de registro (oral e escrito). No caso de entrevistas que não foram gravadas, sugere-se proceder a um relatório da entrevista tão logo ela seja encerrada.

As formas de análise das entrevistas vão depender do número de entrevistas coletadas na pesquisa e com quais intuítos.⁵ Por exemplo, se tenho um conjunto de pessoas que passaram por experiências comuns, minha linha de análise tende a ser uma comparação dos relatos dessas experiências buscando o que é comum e o que é singular aos entrevistados.

Há uma questão crucial na análise de entrevistas: a tentação da quantificação e da generalização. Muitas análises de entrevistas erroneamente quantificam respostas e perfis para um conjunto de entrevistados onde não cabe a generalização estatística nem do seu perfil nem, muito menos, das respostas dadas. Enfatizando: a entrevista qualitativa não tem a pretensão de generalização estatística.

Outra dúvida que sempre aparece na realização de pesquisas qualitativas é quantas entrevistas devem ser realizadas. A resposta a isso é impossível de ser dada sem o contexto da pesquisa e os seus objetivos. Em geral o aporte teórico e o problema de investigação são cruciais para essa decisão, pois as características e os perfis que compõem o grupo de entrevistados serão decididos a partir das questões de pesquisa. Dois elementos norteadores importantes: (i) estabelecer alguns critérios de heterogeneidade dos perfis, que, em geral, são dados pela literatura sobre o tema; e (ii) identificar momento a partir do qual informação obtida por meio de uma nova entrevista começa a repetir informação já obtida (“efeito redundância”). Em síntese, o número de casos deve cobrir a heterogeneidade de experiências que são pertinentes à pesquisa e o número máximo de entrevistas é dado quando as evidências obtidas por meio das entrevistas começam a se repetir.

6. Considerações finais: vantagens e limitações das entrevistas

A entrevista é, sem dúvida, uma das principais formas de coletar dados nas pesquisas em ciências sociais. É instrumento crucial tanto na abordagem quantitativa quanto na qualitativa.

⁵ Um dos softwares mais conhecidos para análise de entrevistas é o NVivo. Ele permite ao pesquisador organizar e analisar conteúdo de entrevistas.

A sua principal vantagem está na riqueza das informações que podem ser coletadas, pelas palavras e interpretações dos entrevistados aos estímulos que lhes foram dados, assim como a possibilidade de registrar a sua reação não verbal. Além disso, a entrevista proporciona ao investigador a oportunidade de explorar ao máximo as suas questões e dirimir dúvidas, devido ao fato de se tratar de uma interação flexível e personalizada. Muitas vezes permite esclarecer situações ou acessar informações que não seriam perceptíveis apenas pela observação.

Em relação a suas limitações, é importante lembrar sempre que trata-se de uma interação pesquisador-objeto de pesquisa que pode ser malsucedida pela má interpretação das perguntas pelo entrevistado ou por dificuldades do pesquisador em estabelecer uma comunicação. A limitação mais problemática é a possibilidade de o pesquisador influenciar, ou melhor, induzir as respostas a serem obtidas nessa interação. É por isso que o conteúdo das perguntas deve ser cuidadosamente formulado e analisado. Para superar tais dificuldades há estratégias disponíveis, como o bom uso do tempo, a adequação do roteiro e a realização de entrevistas-piloto. Porém, o cuidado principal deve estar em equilibrar a baixa ou a excessiva interação entrevistador-entrevistado, pois, em ambos os casos, as respostas podem ser comprometidas e seus resultados se tornarem inócuos.

7. Estudos exemplares

WHYTE, William F. (2005). *Sociedade de esquina: A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Esse livro é considerado um dos clássicos trabalhos de estudos urbanos que tratam da técnica da observação participante e tem uma boa discussão sobre os informantes na pesquisa.

LEWIS, Oscar (1979). *Os filhos de Sanchez*. Lisboa: Moraes.

Livro clássico para entender a técnica da história oral e da autobiografia. Dedicase a investigar uma única família que, segundo o autor, ilustra os problemas sociais e psicológicos da vida da classe baixa mexicana.

Caso brasileiro

MARQUES, Eduardo (2012). *Redes sociais no Brasil: Sociabilidade, organizações civis e políticas públicas*. Belo Horizonte: Fino Traço.

Esse livro reúne investigações produzidas no Centro de Estudos da Metrópole (CEM-Cebrap) sobre o tema das redes sociais. Com abordagem quantita-

tiva e qualitativa, o livro traz resultados de um conjunto de investigações sobre redes sociais na reprodução das situações de pobreza, em práticas culturais e associativas, na busca de emprego e na formulação e implementação de políticas públicas.

PIERUCCI, Antônio F. (1999) *Ciladas da diferença*. São Paulo: Editora 34.

Esse livro trata da questão da diferença sob múltiplos aspectos – política, religiosa, racial, sexual. Pesquisa conduzida na cidade de São Paulo realizando uma série de entrevistas com membros das camadas populares sobre o tema.

TEIXEIRA, Moema Poli (2003). *Negros na universidade. Identidade e trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Pallas.

O livro analisa as estratégias individuais de mobilidade ascendente de alunos e professores negros em uma universidade pública do Rio de Janeiro.

8. Sugestões de leitura de metodologia

BEAUD, S. & Weber, F. (2014). *Guia para pesquisa de campo: Produzir e analisar dados etnográficos*. Rio de Janeiro: Vozes.

DEBERT, Guita G. (1988). “Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral”. In: CARDOSO, Ruth (org.). *A aventura antropológica*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, pp. 141-156.

PAGER, D (2006). “Medir discriminação”. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 18, nº 2, pp. 65-88.

SAUTU, R. et al. (2005). *Manual de metodología: Construcion del marco teórico, formulacion de los objetivos y eleccion de la metodologia*. Buenos Aires: CLACSO.

9. Referências bibliográficas

BECKER, Howard (2007). *Segredos e truques da pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar.

BECKER, H. (1993). “Historia de vida e mosaico científico”. In: *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec.

BOURDIEU, P. (2002). “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, M. & AMADO, J. (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas.

COMBESSIE, Jean Claude (2004). *O método em Sociologia*. São Paulo: Edições Loyola.

FERREIRA, M. Amado, J. (org.) (2002). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas.

GALTUNG, J. (1965). *Teoría y métodos de la investigación social*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires.

LAVILLE, C. & DIONNE, J. (1999). *A construção do saber: Manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas*. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: UFMG.

QUEIROZ, Maria Isaura P. (1987). Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. Mimeo.

SELLTIZ, C. et al. (1971). *Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais*. S.Paulo: Ed. Herder e Editora da Universidade de São Paulo.

WHYTE, W. F. (2005). *Sociedade de esquina: A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Roteiro para o emprego de grupos focais

Ronaldo de Almeida

Pesquisador do Cebrap e Professor do Departamento de Antropologia do IFCH/UNICAMP

De origem anglo-saxônica, a técnica de grupo focal (GF) começou a ser aplicada no final da década de 1940. Ela foi utilizada durante a Segunda Guerra Mundial com a finalidade de avaliar a propaganda política, assim como para investigar a produtividade nos grupos de trabalho. Mas, desde a sua formulação, é muito empregada em marketing comercial (sobretudo para avaliação de satisfação do consumidor) e político (principalmente em período eleitoral, com a finalidade de orientar a propaganda e o discurso dos candidatos). Também é muito usada na abordagem clínica para revelar sensações e sentimentos de pacientes com a finalidade de contribuir para tratamentos bioquímicos. Em pesquisa social acadêmica grupos focais são empregados, mas com menor frequência. Sucintamente, é uma técnica perfeitamente adaptável a vários tipos de abordagem – exploratória, teórica, aplicada, clínica, entre outros.

O grupo focal é uma técnica de pesquisa que pode ser compreendida como intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade. Trata-se da observação de uma discussão estimulada e orientada por uma pergunta geral e outras secundárias. A característica intencionalmente laboratorial da técnica afasta-se da clássica situação da pesquisa etnográfica destinada ao acompanhamento do fluxo cotidiano no qual o observador está imerso. Também não se trata tão somente de entrevistas em profundidade,¹ uma vez que os participantes devem afirmar as suas posições e percepções em relação às dos outros, o que resulta, com frequência, em mudanças das posições iniciais. É correto afirmar que se trata de uma discussão aprofundada pela moderação.

Este capítulo oferece um conjunto de orientações sobre a metodologia qualitativa Grupo Focal. Objetiva-se: defini-la; circunscrever as suas possibilidades de conhecimento e os seus limites; descrever sua forma e dinâmica; orientar a montagem do roteiro de questões, do relatório analítico e da forma de condução do grupo focal.

¹ Ver, nesta publicação, capítulo específico sobre planejamento, execução e análise de entrevistas, de autoria de Márcia Lima.

Parte I – Definições gerais

1. O que é um grupo focal?

Trata-se de uma técnica de pesquisa de caráter qualitativo que procura apreender concepções e percepções das pessoas sobre determinado assunto ou tema. Essas concepções e percepções são obtidas em interação discursiva com um grupo de pessoas desconhecidas, mas com perfil determinado e por um tempo preestabelecido, sob a moderação de um pesquisador.

Figura 1 – Grupo focal



Fonte: INDICAR. Disponível em:
http://colemanwick.com/wp-content/uploads/2014/06/Focus_Group_330.jpg

a) O grupo focal é uma situação de conversação criada artificialmente, como um laboratório, com a finalidade de captar e compreender **concepções e percepções**. Não se trata da prática concreta das pessoas, uma vez que não é possível fazer tal verificação, mas de uma elaboração discursiva sobre o que elas são, fazem e pensam.

Como em outras situações da vida, tendemos a elaborar retrospectivamente nossas ações de maneira racional e coerente acima do que de fato ocorreu na prática concreta. Isso não significa que as pessoas estejam mentindo, mas é necessário que o moderador do grupo esteja alerta para os discursos mais convencionais propícios a esses momentos de interação com pessoas desconhecidas. O moderador deve procurar sair e/ou aprofundar as discussões que só repõem o senso comum.

b) O grupo focal tem por objetivo explorar as percepções, ideias e opiniões sobre um **tema específico**. Para tanto, é necessária a elaboração de um bom roteiro de questões a ser seguido pelo moderador para que não se afaste do tema central. O roteiro tem questões mais centrais e outras secundárias, mas todas devem convergir para o problema central da pesquisa. É fundamental a clareza do assunto investigado e das questões a serem pesquisadas.

c) O grupo focal conduz os participantes a emitir suas opiniões por meio de uma **interação discursiva**. Essa é a principal diferença em relação a uma entrevista em profundidade, na qual uma pessoa responde a perguntas tendo, no máximo, como contraponto o entrevistador.

Cabe ao moderador estimular o confronto dos diferentes argumentos expostos pelos participantes. Os participantes emitem as suas opiniões e, diante das de outros, podem ou não ajustá-las, reafirmá-las, corrigi-las, entre outras possibilidades. Portanto, não interessam apenas as declarações de cada um, mas a cadeia de justificações para manter (ou não) posições, percepções, valores etc.

d) O grupo focal é realizado com **pessoas que não se conhecem**. O objetivo é diminuir as “externalidades” que podem causar vieses na discussão. Como não se conhecem, as pessoas, a princípio, estão mais abertas a emitir opiniões, o que deve ser estimulado desde o início pelo moderador. Devido a uma situação de desconhecimento mútuo, o moderador deve garantir tranquilidade na exposição das opiniões.

As pessoas são recrutadas a partir de características comuns, sobretudo as sociodemográficas (renda, escolaridade, sexo e idade, de forma mais geral; e, dependendo do problema pesquisado, cabe investigar cor, profissão, religião, posição política etc.).

e) O grupo focal é uma situação de laboratório com um **tempo pre-estabelecido** para ser realizada. Em geral, pode durar de 1 hora a 2h30, dependendo da abrangência e da profundidade do roteiro. Um roteiro bem elaborado e bem assimilado pelo moderador é fundamental para explorar a diversidade de opiniões e as suas justificativas diante das de outras pessoas no tempo predeterminado.

A situação de laboratório visa a testar, por exemplo, a aceitação de propostas políticas antes de serem implementadas, a construção de imagem de personalidades públicas, a comunicação publicitária adequada de bens de consumo, entre outros temas.

f) O papel da **moderação** é dar ritmo à conversação, equilibrando o uso da palavra e direcionando o debate no sentido das questões investigadas. A sua posição é de neutralidade ante as posições apresentadas, na medida em

que todas são importantes para a compreensão do tema investigado. Entretanto, cabe ao moderador colocá-las em confronto ou em discussão isolada para captar as reações. Eventualmente e com a finalidade de gerar discussão, o moderador pode assumir declaradamente a posição de “advogado do diabo” em algumas questões, opondo-se a alguma posição individual ou do próprio grupo. Em síntese, a moderação procura extrair concepções e percepções por meio de uma discussão orientada.

2. O que não é um grupo focal?

Grupo focal não é **um debate** no qual as pessoas estão empenhadas em convencer ou vencer uma discussão. As mudanças de posição, se acaso ocorrerem, devem ser fruto de uma conversa amistosa, embora possam se dar em algum momento de tensão. Cabe à moderação produzir e manter um ambiente amistoso para a discussão.

Por outro lado, dependendo dos objetivos da pesquisa, não é desejável uma conversação que busque sempre o consenso. Ao contrário, a ideia é buscar opiniões emitidas tendo em vista as outras. Por exemplo, em campanhas eleitorais interessa captar não somente as convicções políticas dos participantes, mas compreender como eles podem ou não reelaborá-las adiante da posição dos outros participantes. Esse entendimento é fundamental para a propaganda eleitoral, o discurso do candidato e a sua performance nos debates públicos.

O grupo focal não é uma oportunidade para a **resolução de conflitos** nem uma situação de convencimento de outras pessoas. Também não é grupo de terapia ou de **ajuda mútua**. Esses diferentes grupos têm metodologias específicas, e, por vezes, algumas pessoas tendem a confundir as situações. Cabe ao moderador manter o trilha da conversa de um grupo focal.

Tabela síntese: o que é e o que não é grupo focal	
Grupo focal é:	Grupo focal não é:
Técnica qualitativa de pesquisa em Ciências Sociais	Entrevista em profundidade
Situação de conversa artificialmente criada sobre tema específico e com tempo de duração predeterminado	Debate (com participantes empenhados em convencer outros)
Intensivo em interação discursiva entre pessoas que não se conhecem e mediado por pesquisador	Grupo de resolução de conflitos e/ou de ajuda mútua

Elaboração própria.

3. Há grupos que fracassam

É importante ter ciência de que certos grupos funcionam melhor do que outros e de que a quantidade mínima deles para uma mesma pesquisa é a garantia de maior diversidade de pessoas e de segurança em casos de grupos que produzem poucas informações. Portanto, depender de um único grupo focal para a execução da pesquisa pode ser muito arriscado.

Alguns fatores são mais recorrentes para produzir o fracasso de um grupo e merecem atenção:

a) O mau recrutamento. A elaboração de uma amostra cuidadosa e a seleção adequada dos participantes segundo a caracterização são a condição primeira para o bom andamento de um grupo focal. Não se trata de uma amostra probabilística, uma vez que o método envolve a participação de poucas pessoas, mas sim de que estas façam parte do segmento social a ser atingido e expressem as possíveis posições dele.²

b) Desigual competência oral dos participantes. Competência oral não necessariamente depende da escolaridade. Existem pessoas que, mesmo com pouco tempo de escolarização, mas devido a outras experiências de vida, são capazes de formular e de expressar bem suas opiniões. É preciso recrutar pessoas que estejam dispostas a interagir em grupo e que consigam expressar o que pensam.

c) A má condução do moderador. Por não dominar o roteiro de questões a ser investigadas; ao deixar algumas pessoas dominarem a discussão; ou, ainda, ao interferir demasiadamente no fluxo da conversa-discussão; entre outras possibilidades.

Em resumo, um bom grupo focal depende de:

1. Um roteiro de questões que permita explorar diversos ângulos de um problema claro e preciso;
2. Um bom recrutamento, que esteja atento às características definidas pela amostra e à capacidade das pessoas de se expressarem;
3. Uma moderação que tenha o roteiro bem assimilado e saiba conduzir uma discussão em grupo.

² Ver capítulo sobre amostragem no volume sobre ferramentas quantitativas de pesquisa desta publicação.

Parte II – Passos gerais

1. A definição de um problema central

O grupo focal é uma metodologia muito utilizada pelo mercado, mas também em campanhas eleitorais, definição de políticas públicas e pesquisa científica. O problema, portanto, é bastante variável, mas necessita ser formulado com clareza e precisão. Defini-lo em poucas frases é um exercício necessário.

Quadro 1 – Exemplo de questões de pesquisa formuladas com clareza e precisão

Questões claras e precisas (bem formuladas):

- Por que você decidiu votar no candidato X?
- Como você se sente ao ouvir o *jingle* Y?

Questões confusas (mal formuladas):

Devido à crise econômica pela qual passa o país na atualidade, você considera importante que o brasileiro deva votar em branco ou você é a favor das políticas públicas?

- O *jingle* te traz a sensação de alegria ou ele deveria expressar um conceito?

Elaboração própria.

2. A formulação do roteiro (tópicos gerais)

De forma geral, o roteiro deve ter um foco central, que acaba sendo explorado em partes ou em dimensões. Para melhor aproveitamento da situação de laboratório, é recomendável agrupar as perguntas em torno de tópicos mais gerais para serem exploradas em conjunto.

São necessárias questões iniciais de engajamento para criar um ambiente favorável à conversação e gerar disposição nos participantes para aderirem positivamente à discussão. Isso pode durar em torno de 10% do tempo total de um grupo focal.

Em seguida, passa-se às questões de exploração. Elas devem seguir uma sequência lógica, que amplie cada vez mais o entendimento do problema a ser investigado. As perguntas, assim como a maneira como o moderador as

enuncia, devem ser claras e não ambíguas. Agrupá-las segundo certos tópicos facilita a transição entre eles. O ordenamento dos tópicos e perguntas não deve ser considerado totalmente fixo, mas flexível ao andamento da discussão. Por vezes, são necessários ajustes no roteiro nos primeiros grupos focais para o seu melhor aproveitamento.

Ao final, cabe a formulação de questões laterais ao tema central da pesquisa e questões mais amenas, visando o término da discussão.

Quadro 2 – Exemplo de roteiro

Pesquisa política em São Paulo

Introdução: Apresentação pessoal; esclarecer sobre a intenção do trabalho e por que gravar; lembrar que não há respostas certas ou erradas.

Federação

1. O que pensam do governo federal?
2. Como avaliam a atuação de Dilma?
3. Alguma coisa mudou na vida prática? O quê?
4. O que veem de positivo e de negativo no governo Dilma?

Estado

5. Que temas da política em geral mais incomodam no estado do São Paulo?
6. Como vocês veem a ação da Polícia Militar?
7. Quais são as diferenças entre o governo atual e o governo anterior em relação à segurança pública?
8. Passando para a esfera do estado, o que pensam do atual governo?
9. Quais os pontos positivos deste governo?
10. O que deixa a desejar?
11. Como avaliam a atuação do governo na:
 - Saúde
 - Educação
 - Distribuição de água
 - Distribuição de energia elétrica
 - Segurança
 - Programas para jovens
12. Gostaria que vocês escrevessem 3 palavras que associam a Geraldo Alckmin.
13. Qual a marca do atual governo?
14. O que ele teria que ter feito que ainda não fez?

Prefeitura

15. E a administração da cidade?
16. Quais os principais problemas da cidade hoje?
17. Qual a imagem que têm do prefeito?
18. Quais os nomes para a eleição municipal? Em quem votariam?
19. Avaliação através de nota para Dilma, Alckmin e Haddad.

Elaboração própria. Obs.: roteiro fictício, elaborado exclusivamente para este capítulo a partir da experiência do autor.

3. A montagem dos grupos

O recrutamento é uma etapa fundamental para o bom funcionamento dos grupos focais. Ele necessita ser criterioso na seleção dos participantes, procurando pessoas que não conheçam umas às outras. Para tanto, o recrutamento tem como referência uma amostra, construída pelo pesquisador e que seja capaz de circunscrever as características socioeconômicas desejadas dos participantes. Para a composição da amostra, um questionário estruturado exerce a função de filtro (no Anexo consta um exemplo de questionário-filtro).

Além desse questionário socioeconômico, dependendo dos objetivos da pesquisa, um pequeno questionário sobre consumo de mídia é sempre muito útil. Trata-se de saber, antecipadamente, quais são os meios de comunicação e veículos específicos por meio dos quais os participantes se informam (canais de televisão, rádio, jornais, blogs em internet etc.).

Não há uma fórmula básica para montar um conjunto de grupos focais. Isso dependerá sempre do problema da pesquisa, que pode visar tanto a diversidade social, como a homogeneidade de um grupo ou segmento específico. A quantidade de pessoas por grupo varia, preferencialmente, entre 8 e 10 pessoas. Em alguns grupos (quase sempre dependendo da profissão), muitas pessoas se expressam bem e falam bastante: educadores, políticos, líderes religiosos etc. Nesses casos, é prudente trabalhar com grupos pequenos (entre 6 e 8 pessoas).

A quantidade de grupos, por sua vez, depende do alcance e da profundidade do problema. Uma quantidade mínima de grupos é recomendável (em torno de 4). Quanto ao máximo, o critério é o da saturação. Quando as informações começarem a ficar redundantes, é o momento de terminar. Se isso ainda não for suficiente para responder à questão, talvez seja necessária a mudança do roteiro, da amostra ou da questão; e/ou, ainda, a adoção de outras técnicas de pesquisa como complementares ao grupo focal.

4. A logística

O grupo focal ocorre em uma sala confortável e em torno de uma mesa grande, para que as pessoas fiquem de frente umas para as outras. Cada nome dos participantes e do moderador é escrito em um papel e colocado na frente de cada um para facilitar a identificação entre eles.

Em alguns lugares há o uso da “sala com espelho”, na qual as pessoas podem ver e ouvir o que ocorre no grupo focal, mas o inverso não é possível. Esse é um procedimento para evitar observadores externos à conversa visíveis aos participantes. O objetivo é diminuir o constrangimento de estar sendo observado, mas este não é eliminado exatamente porque as pessoas são informadas de que outros as observam reservadamente. É dever ético informar aos participantes e ter deles o consentimento para que a conversa seja observada e gravada em áudio e vídeo.

Figura 1 – Sala espelhada



Fonte: INDICAR. Disponível em:
<http://static.guim.co.uk/sys-images/Guardian/Pix/pictures/2011/1/12/1294856665814/Focus-Group-003.jpg>

O recrutamento deve reduzir as barreiras oferecendo transporte, um lanche durante a realização do grupo e um brinde ao final, de acordo com as características socioculturais dos participantes.

5. A moderação

O grupo focal é composto, além dos participantes, de um moderador e um assistente responsável por algumas formas de registro da conversação para posterior análise. Os participantes devem ser informados de que haverá o registro audiovisual e autorizar que ele seja feito.

No início, o moderador deve se apresentar e pedir para que cada um se apresente descrevendo algumas características pessoais (atividade econômica, estado civil, com quem mora, estado de origem etc.). Além de possibilitar que se saibam algumas coisas sobre os participantes, esse momento serve para descontrair o ambiente, deixando as pessoas mais confortáveis.

Ao final da apresentação, o moderador explica como será a dinâmica da conversa. Todos devem: colocar seu ponto de vista quando considerar apropriado; evitar falar ao mesmo tempo que outra pessoa; procurar se contrapor sem julgar o outro; falar e deixar que outras pessoas falem.

A moderação deve fazer um duplo movimento. Por um lado, estimular todos a falar, tratando todas as opiniões como importantes, pois não se trata de estar certo ou errado; por outro, controlar aqueles que excedem e tendem a controlar o fluxo da conversa. Recomenda-se deixar claro, já na apresentação inicial, esse procedimento de controle do fluxo da conversa.

Os participantes não têm acesso ao roteiro de questões. A eles deve ser apresentada uma questão geral no recrutamento para ser desenvolvida no grupo focal. O objetivo é que o participante não venha preparado para a discussão, mas que seja investigado no fluxo normal de sua vida. Algumas pessoas tendem a se informar mais do que outras e isso causa um desequilíbrio no grupo. É no fluxo da conversa que os temas mais específicos vão aparecendo e sendo aprofundados.

As questões devem ser feitas de forma curta e com precisão. Cada pergunta deve focar uma dimensão do problema e não pode ser ambígua. A tendência inicial é o moderador falar um pouco mais no início para estimular os participantes e para adequar o fluxo da conversa ao seu roteiro. Conforme a interação dos participantes vai adquirindo uma dinâmica própria, o moderador tende a ficar mais calado, colocando as questões e distribuindo a palavra a alguns mais silenciosos e regulando a dos mais falantes.

Da mesma forma, as perguntas não devem ser feitas de forma conclusiva, levando a respostas “sim” ou “não”, ou algo semelhante. Deve-se estimular o “porque” e o “como” para gerar e estimular a reflexão dos participantes sobre as suas posições ante as de outros.

Esperam-se do moderador alguns atributos e competências, pois cabe a ele a investigação no momento da interação entre os participantes. Nesse sentido, deve ter uma escuta atenta e interessada para identificar as percepções das pessoas e as suas formulações discursivas.

O moderador deve cultivar empatia com os participantes para que se sintam à vontade para expressar suas opiniões. Assim, ele deve evitar a imposição de opiniões, as suas ou as de algum participante. Por vezes, quando julgar o tema importante e com necessidade de maior aprofundamento, o moderador pode escrever no quadro (ou num *flip chart*) a declaração significativa de algum participante e colocá-la em discussão para o conjunto do grupo. Visando um maior didatismo, o moderador vale-se de paráfrases para circunscrever suas indagações, simplifica comentários complexos ou confusos feitos pelos participantes e sumariza, para os próprios participantes, os seus consensos e diferenças.

A conversa não deve ser acalorada a ponto de gerar tensões devido a diferentes pontos de vista ou pela maneira como as pessoas se expressam. Mas, caso isso aconteça, é importante que o moderador seja mais incisivo no controle do andamento da discussão. Cabe ao moderador estar bastante atento às oscilações e inflexões, tanto das posições dos participantes como da maneira de expressá-las (com mais ou menos convicção, por exemplo).

Próximo ao final do grupo, o moderador pode se retirar rapidamente da sala para conversar com os observadores da “sala de espelho” e assim verificar se algum ponto do roteiro ficou em aberto ou se deve abordar uma nova questão. Cabe ao moderador avisar, na apresentação inicial, que fará tal procedimento.

Ao final, o moderador conclui agradecendo e reafirmando o anonimato das informações pesquisadas.

Quadro 3 – As funções do moderador

- Dominar a questão geral e o roteiro do grupo focal, incluindo os grandes tópicos e as questões pontuais;
- Ouvir e controlar a conversa entre cerca de 8 pessoas;
- Formular as perguntas do roteiro;
- Colocar os pontos de vista em confronto;
- Estar atento a questões e respostas não esperadas, mas fundamentais à compreensão do problema mais geral da pesquisa.

Elaboração própria.

6. O assistente

É desejável, conforme os recursos da pesquisa, que o moderador conte com um assistente, que ficará em uma mesa ao lado da roda de discussão fazendo anotações do que é falado e identificando quem emitiu as respectivas opiniões.

O assistente deve anotar as opiniões e ideias da mesma maneira como são formuladas, transcrevendo frases ou justificativas construídas pela oralidade. Da mesma forma, observar se e quando a linguagem corporal e outras formas de expressões não verbais são significativas para a compreensão das percepções dos participantes.

O assistente não deve participar da moderação, mas, caso identifique algum esquecimento por parte do moderador, ele pode discretamente escrever um bilhete para lembrá-lo.

7. A análise

As anotações do assistente, o roteiro de questões e a gravação dos grupos focais são os materiais de pesquisa para a construção do relatório analítico.

O roteiro é o esqueleto inicial do relatório analítico, pois o fluxo da conversa no grupo focal desenrolou-se em torno dos tópicos do roteiro e de seus possíveis ajustes durante a realização da pesquisa.

As gravações podem ser transcritas, conforme os recursos da pesquisa, para posterior análise, ou o moderador pode analisar o material conforme o revir.

As conversas podem ser analisadas em dois eixos:

- a) O primeiro (transversal) organiza os dados (as concepções e as percepções) em torno dos principais temas elencados no roteiro;
- b) O segundo (longitudinal) privilegia o fluxo das conversas para compreender a lógica das justificativas, refutações ou mudança de posição.

8. Conclusão

O grupo focal é uma metodologia de pesquisa com capacidade de produzir resultados robustos em pouco tempo de investigação. A realização de 6 a 8 grupos, por exemplo, pode ocorrer em dois dias. O que garante a qualidade dos resultados é uma preparação cuidadosa na definição da amostra, no recrutamento, na elaboração de roteiro e, sobretudo, da moderação. Em geral, as pessoas, se bem estimuladas, são bastante colaborativas e dispostas à discussão.

Se a dinâmica de interação ocorrer de forma adequada, o pesquisador conseguirá captar opiniões, percepções e valores dos participantes no confronto com outros. Vale a pena reafirmar esse ponto porque não se trata de uma entrevista em profundidade em que o indivíduo expressa seus pensamentos, mas ele necessita justificá-los, defendê-los ou mesmo mudar de posição conforme os argumentos são confrontados. Nesse sentido, o grupo focal é bastante profícuo não somente em pesquisas para o mercado ou para propaganda política, mas também no planejamento e na avaliação de políticas públicas nas áreas social, cultural, assistencial e da saúde.

Por fim, cabe destacar também o limite da técnica. Por se tratar de uma discussão induzida e deslocada do fluxo cotidiano entre pessoas que não se conhecem, a metodologia não capta o que as pessoas realmente fazem, mas o que elas pensam que fazem ou que são. Assim, não se trata do que é feito, mas do que e como é percebido, o que implica sempre algum nível de “mioopia”, pois as pessoas tendem se apresentar mais coerentes do que são na vida prática. Apesar dessa ressalva, cabe afirmar também que essas percepções e julgamentos orientam a ação dos indivíduos. Em síntese, ter clareza quanto às potencialidades e aos limites do método é o primeiro passo para uma excelente pesquisa.

9. Bibliografia

FLORES, J.G. e ALONSO, C.G. (1995). "Using focus groups in educational research". *Evaluation Review* 19 (1): 84-101.

GAISER, T.J. (1997). "Conducting on-line focus group. A methodological discussion". *Social Science Computer Review*, 15 (2), 135-44.

GUIDELINES for Conducting a Focus Group: https://assessment.trinity.duke.edu/documents/How_to_Conduct_a_Focus_Group.pdf.

HOLBROOK, B. e JACKSON, P. (1996), "Shopping around: Focus group research in North London". *Area* 28 (2): 136-42.

KITZINGER J. (1994). "The methodology of focus groups: The importance of interaction between research participants". *Sociology of Health* 16 (1): 103-21.

KRUEGER, R.A. & CASEY, M.A. (2000). Focus groups. *A practical guide for applied research*. Califórnia: Thousands Oaks, Sage Publications.

LANKSHEAR, A.J. (1993), "The use of focus groups in a study of attitudes to student nurse assessment". *Journal of Advanced Nursing* 18: 1986-89.

MORGAN, D.L. (1997). *Focus groups as qualitative research*. 2ª ed. Londres: Sage.

MORGAN, D.L. e SPANISH, M.T. (1984). "Focus groups: A new tool for qualitative research". *Qualitative Sociology* 7: 253-70.

MUNODAWAFA, D.; GWEDE, C.; MUBAYIRA, C. (1995). "Using focus groups to develop HIV education among adolescent females in Zimbabwe". *Health Promotion* 10 (2): 85-92.

POWELL, R.A.; SINGLE, H.M.; LLOYD, K.R. (1996). "Focus groups in mental health research: Enhancing the validity of user and provider questionnaires". *International Journal of Social Psychology* 42 (3): 193-206.

ROMERO, S. (2000). "A utilização da metodologia dos grupos focais na pesquisa em psicologia". In: SCARPARO, H. (org.) *Psicologia e pesquisa: Perspectivas metodológicas*. Porto Alegre: Editora Sulina.

STEWART, D.W. e SHAMDASANI, P.N. (1992). *Focus groups: theory and practice*. Londres: Sage.

VEIGA, L. & GONDIM, S.M.G. (2001). "A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político". *Opinião Pública*. 2(1), 1-15.

WHITE, G.E. e THOMSON, A.N. (1995). "Anonymized focus groups as a research tool for health professionals". *Qualitative Health Research* 5 (2): 256-61.

ANEXO – Questionário-filtro

Elaboração própria. Obs.: questionário fictício, elaborado exclusivamente para este capítulo a partir da experiência do autor.

Dados pessoais do participante	
NOME:	
IDADE:	ESTADO CIVIL:
RG:	CPF:
CRITÉRIO BRASIL:	RENDA FAMILIAR/MÊS:
PROFISSÃO:	
TEL RESIDENCIAL:	CELULAR:
ENDEREÇO:	
BAIRRO:	REGIÃO: CEP:
PONTO DE REFERÊNCIA:	

Amostra (para cada grupo recrutar 12 pessoas)

	Classe C	Classes DE
18 a 30 anos	1 grupo em São Paulo	1 grupo São Paulo
31 a 45 anos	1 grupo em São Paulo	1 grupo São Paulo
45 anos ou mais	1 grupo em São Paulo	1 grupo São Paulo
Total: 6 grupos de discussão		

1. Religião:

- () Católica
 () Evangélica
 () Candomblé/Umbanda
 () Espírita Kardecista
 () Sem religião
 () Outras

2. Há quanto tempo você mora nessa cidade?

Anotar _____ (menos de 5 anos, ENCERRE)

3. Gênero: () Homem () Mulher

ATENÇÃO: Cada grupo deve ser composto de 50% mulheres e 50% homens.

4. Qual sua idade? ANOTE: _____

- () 18 a 30 anos
 () 31 a 45 anos
 () 45 ou mais

ATENÇÃO: Mesclar idades dentro de cada grupo

5. Qual sua profissão?

ANOTE: _____

ATENÇÃO: Compor grupo com profissões diferentes. Não desejamos ter profissões repetidas no mesmo grupo.

6. Atualmente, você está:

Empregado Desempregado

7. Você é aposentado?

Sim Não

ATENÇÃO: Serão permitido apenas 3 desempregados e/ou aposentados. Os demais devem estar empregados.

8. Você é registrado em carteira de trabalho?

Sim Não

ATENÇÃO: Grupo composto de 50% trabalhadores formais e 50% trabalhadores informais.

Trabalhadores formais: empregados com registro em carteira

Trabalhadores informais: empregados sem registro em carteira ou donos do próprio pequeno negócio

9. Você faz bicos ou atividades para complementar a renda (dentro ou fora de casa)? (Ex.: Serviços: costura, cabeleireiro, pedreiro etc. / Vendas: cosméticos, alimentos etc.)

Sim. Qual atividade? _____

Não

10. Qual seu estado civil?

Solteiro(a)

Casado(a)

Mora junto(a)

Separado / divorciado(a)

Viúvo(a)

ATENÇÃO: Mesclar estados civis por grupo.

11. Você tem filhos?

Sim Não

12. Quais são as pessoas que moram na mesma residência que você?
(anote na tabela abaixo)

Nome	Grau de parentesco	Idade

() Moro Sozinho

ATENÇÃO: Mesclar tipos de família por grupo. Precisamos ter famílias com filhos na infância, filhos jovens e adultos, casais sem filhos ou com filhos crescidos que não moram na mesma casa, solteiros etc.

CLASSIFICAÇÃO SOCIOECONÔMICA

CRITÉRIO BRASIL 2009

Posse de itens	Não tem	Tem (Quantos)			
		1	2	3	4
Televisores em cores	0	1	2	3	4
Videocassete/DVD	0	2	2	2	2
Rádios	0	1	2	3	4
Banheiros	0	4	5	6	7
Automóveis	0	4	7	9	9
Empregadas mensalistas	0	3	4	4	4
Máquinas de lavar	0	2	2	2	2
Geladeira	0	4	4	4	4
Freezer (*)	0	2	2	2	2

(*) Independente ou 2ª porta da geladeira

Grau de instrução do chefe de família

Nomenclatura antiga	Nomenclatura atual	Pontos
Analfabeto/Primário incompleto	Analfabeto/ até a 3ª série do fundamental	0
Primário completo	Até 4ª série do fundamental	1
Ginasial completo	Fundamental completo	2
Colegial completo	Médio completo	4
Superior completo	Superior completo	8

Pontos de corte das classes

Classe A1	42 a 46 pontos
Classe A2	35 a 41 pontos
Classe B1	29 a 34 pontos
Classe B2	23 a 28 pontos
Classe C1 (C+)	18 a 22 pontos
Classe C2 (C-)	14 a 17 pontos
Classe D	8 a 13 pontos
Classe E	0 a 7 pontos
TOTAL DE PONTOS:	

CRITÉRIO DE RENDA FAMILIAR (JUL/2012)

Qual é a renda familiar mensal? (considerando a renda de todos os moradores da casa).

R\$ _____ ANOTE

A	Acima de R\$ 6.797	ENCERRE
B	De R\$ 3.401 a R\$ 6.796	ENCERRE
C	De R\$ 1.361 a R\$ 3.400	CONTINUE
D	R\$ 681 a R\$ 1.360	CONTINUE
E	R\$ 0 a R\$ 680	CONTINUE

Você aceita participar dessa pesquisa?

- Sim. Agende a entrevista e combine data e horário.
 Não (ENCERRE)

**OBRIGADO por participar dessa pesquisa.
 Sua participação é muito importante para nós.**

Estudo de Caso: foco temático e diversidade metodológica

Ronaldo de Almeida

Pesquisador do Cebrap e Professor do Departamento de Antropologia do IFCH/UNICAMP

Introdução

O estudo de caso foi elaborado primeiramente na área médica e psicológica, com a finalidade de compreender as causas e o funcionamento de uma patologia específica. O pressuposto é que o estudo intenso de um fenômeno complexo, segundo diferentes perspectivas, é capaz de revelar planos estruturais que também podem ser encontrados em outros casos. Mais do que uma ferramenta específica de produção de dados, trata-se de uma estratégia que mobiliza diferentes metodologias, sobretudo as de caráter qualitativo (como observação participante, entrevistas em profundidade, histórias de vida etc.), mas também quantitativo (*surveys*, dados quantitativos secundários, mapeamentos etc.).

Os estudos de caso são muito diversos quanto ao foco da investigação e à escala empírica. Cito alguns exemplos: (i) o clássico estudo de um bairro de Chicago, entre 1936 e 1940, no qual Foot White descreve as relações interpessoais em uma subcultura juvenil (valores e perspectivas), a relação entre gangues e policiais, a dinâmica espacial, entre outras dimensões empíricas (White, 2005); (ii) a organização e a dinâmica dos vínculos sociais (de parentesco, de vizinhança de origem migratória, religiosos) em uma grande favela de São Paulo (Almeida & D'Andrea, 2004); (iii) o acompanhamento passo a passo do processo de impeachment do ex-presidente da República Fernando Collor, em 1992 (Sallum, 2015); (iv) a pesquisa Mobit (metodologia para conceber e executar plano de mobilização brasileira pela inovação), que estudou e comparou os sistemas nacionais de inovação de sete países e, depois, situou o sistema brasileiro de inovação em relação a eles identificando quais lições cada caso poderia ensinar, sempre com vistas à formulação de um plano nacional de mobilização pela inovação (Arbix et al., 2010); entre outros.

Apesar da diversidade temática, o estudo de caso pode ser definido como um procedimento metodológico com pretensões holísticas, na medida em que procura apreender diversas dimensões de um fenômeno ou evento social específico. Por conseguinte, a diferenciação entre o objeto da investigação e o seu contexto é bastante tênue e de difícil delimitação, mas nisso residem a sofisticação e a complexidade da estratégia, apesar de suas dificuldades. O estudo de caso circunscreve empiricamente cada caso no fluxo dos acontecimentos e de forma situada. Diferentemente do controle do pesquisador em um experimento ou em uma situação de laboratório (grupo focal, por exem-

plo),¹ no estudo de caso a multiplicidade de variáveis dificulta o controle do andamento da pesquisa, o que acaba lhe conferindo um caráter mais aberto quanto aos procedimentos e às hipóteses iniciais.

Quadro 1			
Interesse da pesquisa	Exigência de controle sobre fenômenos / eventos	Ênfase em fenômenos, processos e fatos contemporâneos	ESTRATÉGIA
Quem? O quê?	Não	Sim	SURVEY
Quantos? Quanto?	Não	Sim / não	ANÁLISE DE ARQUIVO OU DOCUMENTAL
Como? Por quê?	Sim	Sim	EXPERIMENTO
	Não	Não	PESQUISA HISTÓRICA
	Não	Sim	ESTUDOS DE CASO

Adaptado de Yin, Robert K. (2001).

Este texto pretende definir as propriedades dos estudos de caso e quais os procedimentos para sua efetivação com ênfase em: (i) delimitação do caso em função do problema a ser investigado; (ii) variação metodológica em função da complexidade do caso; e (iii) validação científica dos procedimentos adotados e das análises realizadas.

1. Definições gerais

1.1. O que é um estudo de caso?

Trata-se de uma investigação cuja finalidade é descrever e analisar acontecimentos, agentes e situações complexos, com dimensões variáveis em interconexão. Isso exige, por um lado, a utilização de técnicas variadas em distintas escalas empíricas e, por outro, a integração dos dados por investigadores de diferentes áreas técnicas e do conhecimento.

1.1.a. Muitas coisas podem se tornar um estudo de caso: uma trajetória individual, um pequeno grupo, uma dinâmica comunitária, um evento com impacto social, uma situação social específica, uma política pública, uma cidade, um bairro etc.

Como exemplo, o estudo de caso realizado em 2002 e 2003 na segunda maior favela de São Paulo, Paraisópolis, teve como temas

¹ Ver capítulo "Grupo focal" neste volume.

de investigação: pobreza, imigração, relações de vizinhança, associativismo, religião e criminalidade. A pesquisa resultou no artigo de caráter etnográfico “Redes e pobreza em uma favela de São Paulo” (Almeida & D’Andrea, 2004a) e em outro, de caráter quantitativo, intitulado “Associativismo religioso e inclusão socioeconômica” (Lavallo & Castelo, 2004). Como procedimentos de pesquisa foi produzido um *survey*, com cerca de 500 entrevistas fechadas, e feita observação etnográfica. O *survey* teve como eixo central os vínculos associativistas na favela (sindicatos, associações esportivas e de lazer, associações de moradores, partidos políticos, igrejas e outros), enquanto a etnografia investigou pessoas e instituições que eram referências na favela e os principais vínculos sociais entre os moradores: de vizinhança, de origem migratória e religiosos. Importante ressaltar que a abordagem quantitativa foi construída em interlocução com a pesquisa etnográfica.

1.1.b. O importante é a unidade de análise articular um conjunto de interações relacionadas entre si configurando um caso passível de investigação científica. Em outras palavras, o caso implica uma variedade de dimensões que demanda estratégias de investigação plurais.

No exemplo citado acima, a delimitação territorial da investigação compreendeu não somente a favela mas também as suas conexões mais imediatas com a cidade, como os trajetos do transporte público, a rede de serviços de saúde e educação que atendem aquela população etc. Em síntese, é importante não tratar a favela como um isolado territorial, mas compreender as redes de serviços que compõem a dinâmica do local sem necessariamente estarem circunscritas territorialmente a ele. A unidade (isto é, o caso) é circunscrita a partir do problema a ser resolvido por meio de procedimentos metodológicos.

1.1.c. O estudo de caso pode ser considerado uma espécie de guarda-chuva de técnicas de pesquisa com a finalidade de analisar fenômenos com múltiplas dimensões teóricas e empíricas. Trata-se de uma estratégia abrangente e flexível.

Como se tratava de uma situação complexa, o primeiro procedimento foi o levantamento das informações (qualitativas, quantitativas e mesmo geográficas) existentes sobre o caso: a sua história, os dados censitários, as linhas de transportes públicos (ônibus) ou privados (vans); os dados oficiais sobre consumo de luz, água, rede de esgoto; o levantamento dos hospitais, postos de saúde e escolas; o mapeamento do comércio local, entre outros.

A partir desse material coube, em seguida, elaborar procedimentos de pesquisa direcionados ao problema a ser resolvido: entrevistas em profundidade com um conjunto selecionado de moradores (lideranças, comerciantes, agentes públicos etc.); observação da rotina da favela, o que implicava investigá-la em diferentes horários durante todos os dias, incluindo sábados e domingos; grupos focais com diferentes segmentos (jovens, homens, mulheres, donas de casa, comerciantes); aplicação de questionário fechado a uma amostra de caráter quantitativo.

1.1.d. Devido à diversidade das técnicas e dos planos empíricos, os resultados dependem da capacidade de integração dos dados pelo investigador. Para tanto, é necessário ter clareza do que cada procedimento metodológico pode oferecer em termos de consistência dos dados; valer-se de referências teóricas para orientar as análises da pesquisa; e, por fim, refazer as hipóteses iniciais conforme o andamento da investigação.

A favela de Paraisópolis, há quase uma década, vem passando por um processo de reurbanização que tem implicado a remoção de pessoas, casas e estabelecimentos. Para tanto, os agentes públicos necessitam promover discussões com as associações de moradores, comerciantes e outras instituições locais com a finalidade de diminuir possíveis conflitos; e, por conseguinte, o planejamento inicial pode sofrer adequações fruto de negociações com a população local.

1.1.e. De modo geral, é uma estratégia e investigação de caráter tanto acadêmico (na pesquisas em Ciências Sociais, inclusive) quanto aplicado (na política institucional e na administração pública, nos estudos organizacionais e gerenciais, no planejamento local e regional, em temas sobre a cidade, na produção de diagnósticos e na intervenção social). Quando se trata de objetivos aplicados, o estudo de caso orienta processos de tomada de decisões.

2. Algumas incompreensões em relação ao estudo de caso

2.a. Falta de rigor científico. Um engano recorrente em relação ao estudo de caso é a falta de cientificidade devido à variedade de dados e metodologias empregadas. De fato, é necessário tomar cuidado para não tornar o conhecimento produzido uma “colcha de retalhos”. A diversidade e a complexidade são próprias da realidade social, mas, para torná-la compreensível, é preciso haver a articulação entre o conjunto de dados fruto da variação metodológica. A articulação de dados heteróclitos oferecerá, ao caso, inteligibilidade.

2.b. É considerado um procedimento demorado devido à manipulação de diversos métodos. De fato, bons estudos de caso são difíceis de realizar por exigirem articulação de metodologias e planos empíricos diferentes. Por

exemplo, o estudo de caso não tem a rapidez dos grupos focais. E, por vezes, o grupo focal pode fazer parte da composição do ferramental de pesquisa utilizado por um estudo de caso. Os estudos de caso são longos porque dependem de conhecimento aprofundado, dada a variedade de dimensões a ser investigadas.

2.c. Dificuldade de generalização, uma vez que se trata do estudo de casos específicos. O pressuposto desse preconceito é a ideia de que a generalização necessariamente só é possível e válida a partir de dados quantitativos e de uma amostra estatística. Na verdade, a possibilidade de as conclusões extrapolarem o caso em si deve-se exatamente à intensidade e complexidade da pesquisa. A riqueza do estudo está na capacidade de generalizar proposições científicas de traços estruturais que estão além das particularidades de cada caso. Dessa forma, o estudo de caso não tem a pretensão de uma amostragem que culmine em uma generalização estatística, mas visa uma generalização analítica, em que certos mecanismos e dinâmicas do caso estudado operam de forma semelhante em outros casos, apesar das particularidades e diferenças contextuais de cada caso.

Cabe ressaltar também que, em alguns estudos, não se visa a generalização, mas tão somente a compreensão do caso investigado. Isso se aplica, sobretudo, aos estudos de caso único.

3. Características básicas do estudo de caso

Investiga fenômenos contemporâneos em um contexto específico, concreto e complexo. Trata-se de um estudo abrangente. Como no exemplo da favela, o foco específico das intervenções necessita do conhecimento do contexto mais amplo.

a) Conforme o Quadro 1, na Introdução, a pesquisa envolve questões “como?” e “por quê?” e não propriamente “o quê?” e “quantos?”.

b) Os estudos de caso podem ser exploratórios, descritivos ou analíticos. O primeiro visa a obtenção de informações preliminares com a finalidade de desenhar posteriormente uma investigação mais ampla e profunda do caso específico ou de outros. Acima, no item 1.1.c, o primeiro procedimento é um levantamento de dados já existentes sobre uma localidade específica (uma favela) com a finalidade de consolidar uma plataforma de informações a partir da qual um foco de pesquisa específico possa ser investigado.

O estudo descritivo objetiva sistematizar a configuração de um caso delineando agentes, acontecimentos e situações. Trata-se de um diagnóstico de determinada situação social com as suas diversas variáveis. Não tem, portanto, a pretensão de uma análise causal, mas tão somente de reconstituição, mais ou menos panorâmica, das principais características da situação em questão.

Por fim, a dimensão analítica problematiza as interpretações correntes do que está sob investigação e, por vez, as teorias que sustentam tais interpretações. Pode, inclusive, incorporar teste de hipótese e a identificação de relações causais. No problema sobre a urbanização da favela, a pesquisa deve compreender não somente como as pessoas vivem mas como equacionam as relações de vizinhança, como concebem o uso dos equipamentos públicos, quais as suas expectativas em relação ao poder público, como este se relaciona com a população e quais são suas estratégias de implementação das políticas. Uma análise aprofundada, principalmente da relação entre moradores e agentes públicos, visa a compreender e produzir uma sintonia profícua entre esses atores sociais.

O estudo pode ser de caso único ou múltiplo, a depender dos objetivos da pesquisa. O caso único resulta ou da excepcionalidade do fenômeno ou dos objetivos específicos da pesquisa. A investigação de vários casos, por sua vez, não tem a pretensão da representação estatística, mas é uma estratégia metodológica para produzir comparação entre diferentes complexidades em torno de um problema comum. A delimitação não segue propriamente critérios probabilísticos. Buscam-se variações e não uniformidade.

Em 2008, outra pesquisa etnográfica em Paraisópolis foi realizada tendo como comparação duas outras pesquisas sobre os moradores de rua do centro da cidade de São Paulo e o distrito Cidade Tiradentes em São Paulo. Em primeiro lugar, a comparação não buscou tão somente semelhanças, mas, sobretudo, as diferentes maneiras como a desigualdade se apresenta no espaço urbano. A comparação permitiu encontrar três mecanismos sociais comuns transversais aos campos da investigação: a violência simbólica, a ambiguidade desigual do Estado e a qualidade dos vínculos sociais. (Almeida, D'Andrea & De Lucca, 2008)

c) Nos estudos de caso há predominância das metodologias qualitativas como observação de campo e entrevistas. Contudo, pode ocorrer a necessidade de produção de dados quantitativos para delimitar o caso. Na verdade, a combinação de ambos os planos, se bem circunscrita às necessidades de compreensão do caso, é bastante profícua. O qualitativo deve-se, em boa medida, à forma como as unidades de observação são escolhidas e estruturadas, ao tipo de conhecimento aprofundado a ser produzido pelos casos e à relativa indistinção entre objeto e contexto. Uma vez definidos os casos, o processo de produção de dados pode utilizar diferentes técnicas de investigação, qualitativa e quantitativa.

Por vezes, uma primeira abordagem quantitativa de maneira exploratória é recomendável na circunscrição de um caso específico para posteriormente ele ser submetido a metodologias qualitativas. Esse foi o procedimento metodoló-

gico adotado na primeira pesquisa em Paraisópolis, em 2003. Na segunda, realizada em 2008, o procedimento foi a comparação de casos (Paraisópolis, Cidade Tiradentes e o Centro de São Paulo) com maior ênfase nos dados qualitativos. Na primeira a metodologia visou aprofundamento no caso, enquanto na segunda, por meio de uma triangulação de casos, enfatizou o que é transversal a eles.

d) Como se trata de situações complexas, com planos distintos de abordagem, o investigador pode não especificar antecipadamente o conjunto de variáveis dependentes e independentes. Ele pode inicialmente investigar de forma mais indutiva e exploratória, para posteriormente definir as variáveis dependentes e centrais conforme os primeiros achados.

e) Como consequência do item anterior, podem ocorrer mudanças nos casos selecionados ou mesmo nas técnicas utilizadas conforme o andamento da pesquisa. Não há propriamente uma receita para seleção dos casos nem das técnicas de pesquisas a ser aplicadas. O importante é o pesquisador dominar diversas técnicas e saber escolher as mais apropriadas, além da sequência de sua utilização. Evidentemente isso depende dos objetivos da pesquisa e dos recursos disponíveis para a sua efetivação.

4. Constituição da amostra ou seleção do “caso”

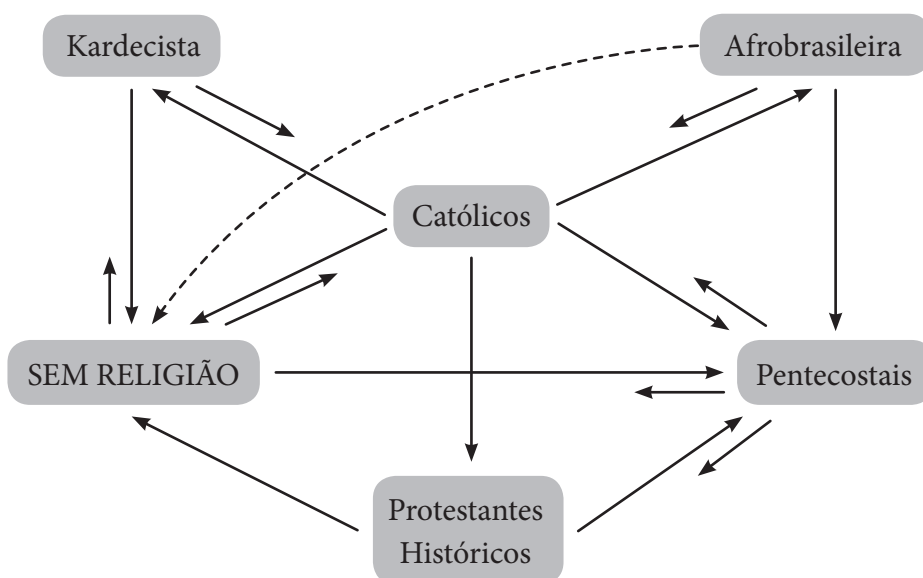
Um dos passos fundamentais para quem deseja realizar um estudo de caso é a “delimitação da unidade-caso”. Tal delimitação exige clareza na definição da questão a ser investigada, que, por sua vez, vai ficando mais complexa conforme o andamento da pesquisa.

Nesse sentido, a constituição da unidade-caso é necessariamente intencional na medida em que é orientada por um problema a ser resolvido e de um ponto de vista teórico e/ou prático. Portanto, as fronteiras do caso não são dadas pela realidade ela mesma, mas são construídas a partir das questões de pesquisa.

A pesquisa sobre o pluralismo religioso e espaço metropolitano (Almeida, 2004b) articulou diferentes metodologias, qualitativas e quantitativas, em torno de dois fenômenos sociais contemporâneos: a diversificação religiosa e as mudanças na vida metropolitana paulista nas últimas décadas. Primeiro, a pesquisa valeu-se dos dados censitários sobre religião, o que possibilitou a caracterização sociológica das principais religiões no país e sua disposição nos espaço metropolitano de São Paulo.

Segundo, um *survey* na região metropolitana de São Paulo com cerca de 1.200 entrevistas nas quais havia, entre outras, as perguntas sobre religião atual e de origem do entrevistado. A partir do cruzamento dessas questões foi possível construir um fluxograma com os principais deslocamentos de fiéis entre as religiões.

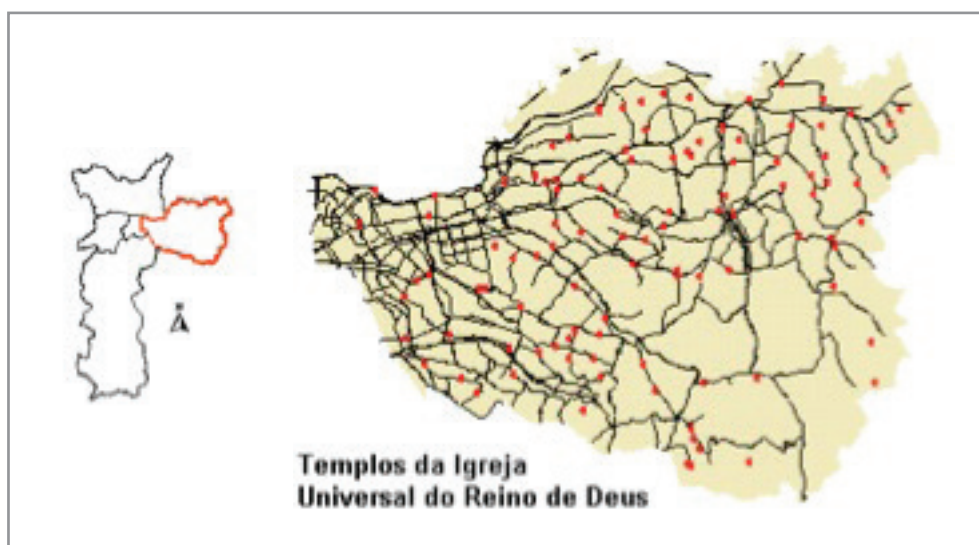
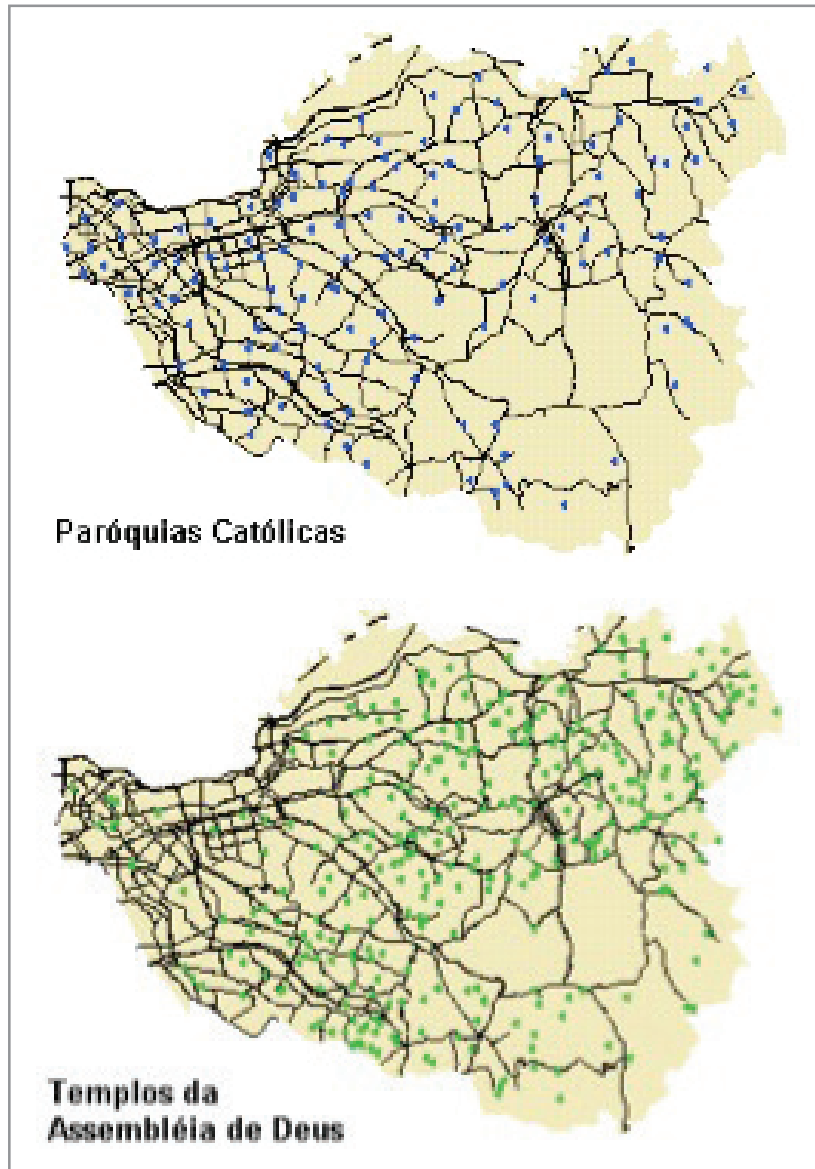
PADRÕES DE MIGRAÇÃO ENTRE RELIGIÕES



Fonte: Almeida, 2004b.

Terceiro, tendo como referência os principais fluxos de fiéis, foram selecionadas 50 pessoas para entrevistas em profundidade escolhidas a partir do tipo de mudança(s) religiosa(s) que tinham feito durante a vida (do catolicismo para o evangelismo ou para o candomblé, do kardecismo para o budismo, do catolicismo para sem religião etc.).

Quarto, o georreferenciamento de templos católicos e evangélicos na cidade. A partir de mapas foi possível identificar padrões da disposição espacial da Igreja Católica, da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus. Os templos católicos se encontram em centralidades urbanas e, muitas vezes, dão origem a tais centralidades. A Assembleia de Deus encontra-se nas vias principais das cidades, mas também no interior do bairro, onde os laços religiosos se reproduzem sobre outros laços, como vizinhança e parentesco. Já a Igreja Universal encontra-se em vias principais, próximo a terminais de ônibus. Diferentemente da Igreja Católica, que funda centralidades urbanas, a Igreja Universal instala-se depois. Por essas e outras características internas, essa denominação neopentecostal está muito adequada à lógica metropolitana, mais do que outras igrejas cristãs.



Fonte: Almeida, 2004.

Por fim, pesquisa etnográfica em templos, encontros, eventos religiosos em São Paulo. O objetivo foi investigar o pertencimento à religião, as formas de experiência religiosa e como os vínculos sociais se integram ou não no plano prático da vida cotidiana. Basicamente, houve dois achados principais. Primeiro, as redes religiosas evangélicas adensam e são adensadas por outros vínculos religiosos, como a sobreposição de relações no parentesco, de vizinhança, de origem imigratória e religiosos. Mas também existem outras modalidades de igrejas evangélicas, sobretudo as neopentecostais, que estão mais adequadas aos vínculos sociais mais fracos devido a uma relação menos comunitária na igreja e mais centralizada no pastor, na instituição e nos seus meios de divulgação.

Todas essas técnicas de pesquisa visaram a compreender as transformações do universo das religiões e da vida na metrópole. Dadas suas especificidades, a aplicação das diferentes técnicas resultou em dados em escalas diferentes da realidade social. Se cada uma implica uma forma específica de análise, todas revelam parcialidades da realidade social. A articulação dessas diferentes técnicas de pesquisa não deve, todavia, ser pensada somente em termos de completude. A articulação pode gerar também corroboração, refutação, contradição, complementaridade etc. Trata-se de uma articulação entre diferentes planos de análise para responder com profundidade à questão a ser resolvida por meio de um estudo de caso.

5. Elaboração do projeto de pesquisa

Para o bom andamento do estudo de caso é necessário elaborar um projeto no qual são definidos os parâmetros da pesquisa. Ele deve ser composto das seguintes dimensões:

5.a. Primeiramente, deve-se fazer um banco bibliográfico de pesquisas realizadas sobre casos com características semelhantes ao caso a ser investigado. Interessam nessas leituras tanto os referenciais teóricos e as escolhas dos procedimentos metodológicos adotados quanto a forma como os dados foram integrados e analisados.

5.b. Ter clareza dos objetivos centrais da investigação e daqueles de ordem secundária, mas necessários ao trabalho.

5.c. Formular proposições e hipóteses iniciais. Mesmo que sejam modificadas no percurso da pesquisa, elas servem como balizas iniciais. Por sinal, se no transcorrer da investigação as hipóteses parecerem equivocados, isso não deve ser considerado sinal de erros, mas, muito provavelmente, é um indício de que a pesquisa está funcionando; afinal, se acertamos tudo já no início é

porque a pesquisa não se faz necessária. Em resumo, uma boa pesquisa implicará reformulação, ajustes e adequações das hipóteses iniciais.

5.d. Circunscrever as diferentes dimensões empíricas do caso a ser estudado para, em seguida, selecionar com rigor as técnicas de pesquisa a ser aplicadas.

5.e. Estabelecer os critérios para interpretação e integração dos dados descobertos.

5.f. Estabelecer critérios e parâmetros para a comparação dos elementos de interesse entre os casos estudados e a identificação daquilo que varia (contexto, particularidades) e daquilo que não varia (estrutura, regularidades) entre os casos estudados. Dessa atividade emerge a possibilidade do exercício da generalização a partir de estudos de caso, tendo sempre em vista que esse tipo de generalização não é estatística, mas de caráter analítico.

Conclusão

Da observação participante à aplicação de *surveys*, e valendo-se também de dados secundários, o estudo de caso é um sofisticado exercício de pesquisa empírica que requer diversidade metodológica, qualitativa e quantitativa, como forma de contemplar diferentes dimensões de um fenômeno investigado. O estudo de caso não é um procedimento metodológico específico, mas uma estratégia de pesquisa. O importante é dispor de um repertório de ferramentas de pesquisa que sejam integradas logicamente em torno de um problema bem definido e delimitado.

A construção do problema, por sua vez, precede a execução da pesquisa, e isso é fundamental para a delimitação das fronteiras iniciais do caso estudado. Por esse motivo, tal construção depende, em boa medida, do conhecimento da literatura relativa ao problema a ser investigado. Além disso, é frequente que o desenvolvimento da pesquisa cause readequações na proposta inicial do projeto, de modo que tais fronteiras vão adquirindo paulatinamente maior inteligibilidade. Para tanto, o pesquisador deve ter capacidade de ouvir e observar o campo de pesquisa, abrindo mão de pré-noções, preconceitos ou julgamentos antecipados. Devido ao caráter bastante qualitativo do estudo de caso, espera-se do investigador capacidade de adaptação e flexibilidade às situações de campo. A postura investigativa exige abertura aos achados da pesquisa.

Bibliografia

BECKER, Howard S. (1997). *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. (1986). *Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda.

SCHOLZ, Roland W.; TIETJE, Olaf (2002). *Embedded case study methods – Integrating quantitative and qualitative knowledge*. Thousand Oaks, Califórnia: Sage Publications, Inc.

STAKE, Robert E. E. (2000). “Case studies”. In: DENZIN, N.K., LINCOLN, Y.S. (eds). *Handbook of qualitative research*. Londres: Sage.

_____ (2001). “The case study method in social inquiry”. In: DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. *The American tradition in qualitative research*. Vol. II. Thousand Oaks, Califórnia: Sage Publications.

YIN, Robert K. (2001). *Estudos de caso: Planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

Estudos exemplares

ALMEIDA, Ronaldo (2004). “Religião na metrópole paulista”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (impresso), São Paulo, v. 19, nº 56, pp. 15-27.

Foram produzidos e articulados três tipos de dado: etnográfico, análise do Censo Demográfico e georreferenciamento de templos religiosos ou lugares de culto.

_____; D’ANDREA, Tiaraju (2004). “Pobreza e redes sociais em uma favela paulistana”. *Novos estudos*, São Paulo, v. 68, pp. 94-106.

Pesquisa etnográfica na favela de Paraisópolis com enfoque nos vínculos sociais dos moradores. Essa pesquisa teve como interlocução a pesquisa quantitativa sobre os laços associativos locais.

_____; D’ANDREA, Tiaraju; DE LUCCA, Daniel (2008). “Situações periféricas: Etnografia comparada de pobrezas urbanas”. *Novos Estudos*, São Paulo, v. 83, pp. 109-130.

Trata-se de um estudo de casos múltiplos. Pesquisa comparativa entre três etnografias realizadas na favela de Paraisópolis, no distrito de Cidade Tiradentes e no Centro da cidade de São Paulo. A comparação permitiu formular três mecanismos sociais comuns de reprodução de desigualdade social.

ARBIX, Glauco et al. (orgs.) (2010). *Inovação: Estratégias de sete países*. Brasília, DF: ABDI.

Livro que compila resultados da Pesquisa Mobit (Metodologia para conceber e executar plano de mobilização brasileira pela inovação), realizada no Cebap ao longo de 2007. A pesquisa estudou e comparou os sistemas nacionais de inovação de sete países e, depois, situou o sistema brasileiro de inovação

em relação a eles e identificou quais lições cada caso poderia ensinar, sempre com vistas à formulação de um plano nacional de mobilização pela inovação.

LAVALLE, Ádrian; CASTELO, Graziela (2004). “Associativismo religioso e inclusão socioeconômica”. *Novos Estudos*, São Paulo, nº 68, março.

Análise de um *survey* com cerca de 500 entrevistas fechadas sobre os vínculos associativos de moradores de Paraisópolis. A pesquisa foi realizada em interlocução com a etnografia da favela.

SALLUM, Brasília (2015). *O impeachment de Fernando Collor – Sociologia de uma crise*. 1ª ed. São Paulo: Editora 34.

Este livro trata de forma aprofundada o processo de impeachment de Fernando Collor, o qual é concebido como estudo de caso único.

WHITE, Willian Foot (2005). *Sociedade de esquina*, Rio de Janeiro: Zahar.

Pesquisa etnográfica realizada entre os anos de 1936 e 1940, em um bairro de Chicago, na qual o etnógrafo morou por todo o tempo na localidade. Pôde assim observar a rotina de jovens organizados em gangues.